



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2015**

RELATÓRIO

PRIMEIRA VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA

Competência: matérias cível, criminal e previdenciária.

JUIZ FEDERAL TITULAR: RAPHAEL DE SOUZA PEREIRA PINTO

JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO: HILTON SÁVIO GONÇALO PIRES

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 13 a 16 de outubro de 2015, a correição ordinária presencial da Primeira Vara Federal de Volta Redonda (RJ).

Iniciados os trabalhos, o Exmo. Sr. Corregedor Regional, Dr. Guilherme Couto de Castro, e o Exmo. Juiz Federal Convocado em auxílio, Dr. Paulo André Espírito Santo Bonfadini, compareceram pessoalmente no local, no dia 14 de outubro de 2015, ocasião em que conversaram com o d. Juiz Titular sobre o juízo correicionado, bem como com o d. Juiz Titular da Segunda Vara Federal e com as d. Juízas Titular e Substituta da Terceira Vara Federal.

As principais observações referiram-se à alteração do provimento das Varas Tabelares, diante do equívoco corretamente observado pelos juízes neste particular, bem como com relação à eventual especialização de uma das Varas de Volta Redonda em matéria criminal, possibilidade ainda em estudo, em razão do qual também foram encaminhadas, por ordem do Exmo. Sr. Corregedor Regional, planilhas estatísticas de processos distribuídos no ano de 2015, para análise pelos juízes da Primeira, Segunda e Terceira Varas Federais de Volta Redonda.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

RECOMENDAÇÕES:

- Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos que se encontram conclusos com prazo vencido, parados e com remessa externa com prazo vencido.
- Dar andamento aos processos de verificação obrigatória que se encontram conclusos com prazo vencido e parados, regularizando, ainda, os que se encontram com remessa externa além do prazo estabelecido.
- Regularizar as cartas precatórias penais listadas, referentes às Classes 28001 e 28006, alterando, conforme o caso, para Classe 28006 (Carta Precatória de Fiscalização das Condições da Suspensão) ou Classe 28005 (Carta Precatória de Fiscalização das Penas Restritivas de Direito).
- Realizar a inserção das informações acerca do controle da prescrição do processo nº 0000690-41.2006.4.02.5104 no sistema Apolo, nos termos do inciso III, §2º do art. 248 da CNCR.
- Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido, observando-se o expressivo número de processos em tais situações.
- Efetuar a juntada dos documentos pendentes.
- Verificar os processos sob sigilo/segredo de Justiça.
- Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido.
- Verificar os processos suspensos, cujo motivo para suspensão já tenha cessado, ou tenha sido cadastrado equivocadamente.
- Evitar que as próximas sentenças proferidas sejam classificadas como “vazias”, promovendo-se o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página) quando do registro do movimento de conclusão.
- Classificar corretamente as sentenças, tendo em vista que o tipo de sentença registrada no sistema Apolo deve corresponder ao tipo lançado no corpo da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

sentença, conforme prevê artigo 5º, parágrafo único, da Resolução CJF nº 535/2006.

- Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada.

- Promover o preenchimento de todos os campos no sistema Apolo quando do registro da constrição de bens, efetuando a atualização progressiva dos registros, nos moldes dos artigos 204, 356 e 357, parágrafo único, todos da CNCR.

- Promover o registro dos bens apreendidos/acautelados em processos cíveis e criminais no sistema Apolo, observando o preenchimento de todos os campos, conforme dispõe o artigo 203 §§ 1º e 2º, c/c o artigo 242, *caput*, ambos da CNCR. Efetuar o registro das informações de inserção obrigatória, bem como a atualização progressiva dos registros ao longo do tempo, nos moldes dos artigos 204 e 242, § 2º, da mesma Consolidação.

- Promover o registro no SNBA daqueles bens apreendidos/acautelados em procedimentos criminais, que se encaixem na hipótese do artigo 242, § 1º, da CNCR e do artigo 3º, § 3º, da Resolução CNJ nº 63/2008. Observar a correta classificação dos bens, conforme prevêem o Manual do Usuário do SNBA e o Manual de Bens Apreendidos, ambos elaborados pelo Conselho Nacional de Justiça. Efetuar o registro das informações de inserção obrigatória, bem como a atualização progressiva dos registros quanto à destinação dada aos bens, que podem ser devolvidos a quem de direito, destruídos, perdidos em favor de algum ente ou alienados antecipadamente (artigo 242 § 2º da CNCR, artigo 3º, § 3º, da Resolução CNJ nº 63/2008).

- Regularizar os processos em que tenha havido aceitação pelo réu das condições da suspensão condicional do processo, a fim de que seja instaurada uma carta de fiscalização das condições da suspensão condicional do processo (classe 27005), com o único objetivo de fiscalizar o cumprimento das referidas condições, ficando a ação penal suspensa, com base no art. 89 da Lei 9.099/95.

- Regularizar os termos de abertura e fechamento dos livros obrigatórios mantidos em meio físico.

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

De acordo com a Portaria PR-RJ nº 1.257, de 21 de setembro de 2015, a Procuradora da República, Dra. Marcela Harumi Takahashi Pereira, foi designada para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente ao órgão correicionado para tanto.

Não houve, por outro lado, designação de representantes pela Procuradoria Regional da União da Segunda Região, pela Seccional do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil, tampouco pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da Segunda Região.

Já a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício nº 99 - DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 27 de maio de 2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Juiz Titular: Rafael de Souza Pereira Pinto, em exercício desde 23 de dezembro de 2014 (TRF2-ATP-2014/00661).

. Juiz Substituto: Hilton Sávio Gonçalo Pires, em exercício desde 24 de abril de 2014 (TRF2-ATP-2014/00164).

→ ORGANIZAÇÃO

Total de servidores previstos: 14

Total de servidores lotados: 11

Analistas Judiciários: 04



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Técnicos Judiciários: 06
Técnico Judiciário/Segurança: 00
Auxiliar Judiciário: 00

OBS: Há 01 (um) servidor requisitado com vínculo com o serviço público.

Estagiários: 04

Fonte: questionário pré-correição.

➔ **ACERVO TOTAL**
(artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo	Correição Abril/2014			Correição Outubro/2015		
	Cível	Crim.	Exec. Fiscal	Cível	Crim.	Exec. fiscal
Total	1.794	215	3.749	1.343	206	2.649
Suspensos	253	49	2.109	352	48	1.980
Ag. julga. recurso	100	06	24	157	02	43
Tramita. ajustada	1.441	160	1.616	834	156	626
Total Geral	5.758			4.198		

Fonte: relatório da correição ordinária realizada em 2014 e mapas - movimentação processual da 1ª instância/juizado especial federal, constantes do módulo secretaria, no relatório de estatística de processos distribuídos, do sistema Apolo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (1º de outubro de 2014 até 30 de setembro de 2015): 7.523

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	4.206	55,91	21
Decisão	2.172	28,87	18
Sentença	1.145	15,22	47
Total Geral	7.523	100,00	24

Fonte: mapa - planilha Apolo excel – intimados, extraído em 05/10/2015.

➔ **METAS DO CNJ**

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

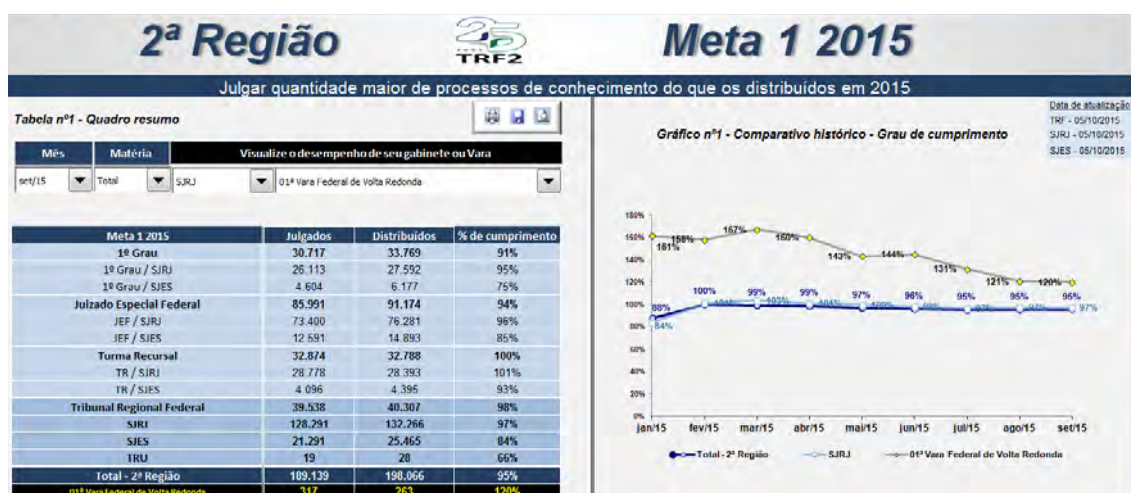
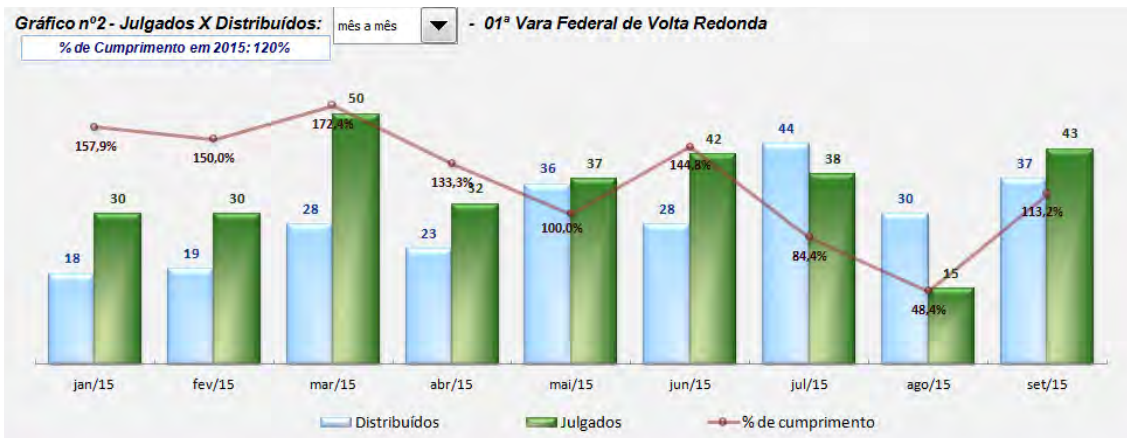
I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o percentual de cumprimento da meta é de 120%, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 06/10/2015.

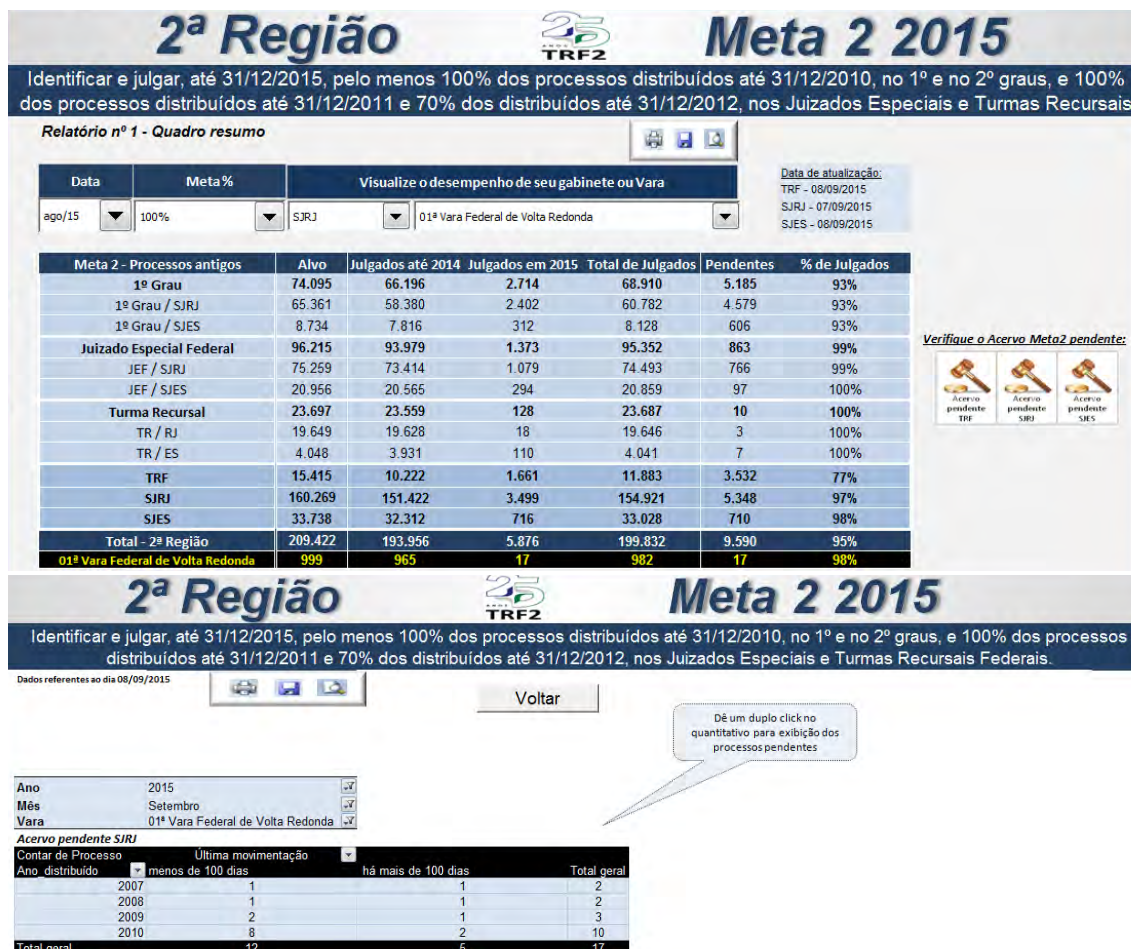
II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

Situação:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



➔ **Autuados até 2010: 17 processos:**

➤ Sem movimentação há mais de 100 dias: **05 processos**

Processo	Classe
00038910720074025104	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00004472920084025104	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00034721620094025104	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00033766420104025104	01001-ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA
00000825620104025119	05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE

Dos quais foram analisados, presencialmente no juízo correicionado, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00038910720074025104 - 12001 - EMBARGOS À EXECUÇÃO – Autuado em 28/11/2007. Intimação dos embargantes para emendarem a petição inicial, em 14/01/2008. Recebidos os embargos em decisão publicada em 28/03/2008. Intimação para apresentação de réplica, em 05/08/2008. Decisão, em 03/12/2008, para as partes especificarem provas.

Rejeitada denunciação da lide e deferida produção de prova pericial, em decisão publicada em 12/05/2009. Interposição de agravo retido pela embargante, em 18/05/2009. Intimação da embargada para manifestar-se acerca do agravo retido, em 09/06/2009. Substituição do perito designado em 21/06/2011, e novamente em 21/03/2012 e 07/05/2013, quando se constatou que as partes não eram beneficiárias da gratuidade de justiça. Homologados os honorários em decisão publicada em 27/04/2015. Último movimento: decisão, em 28/09/2015, reconsiderando decisão anterior e determinando a intimação do embargante para constituir novo advogado.

00004472920084025104 - 12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO – Autuado em 07/02/2008. Recebidos os embargos em decisão publicada em 17/03/2008. Intimação para as partes especificarem provas, em 15/04/2008. Julgamento convertido em diligência, publicado em 03/03/2009, para realização de cálculos. Determinação de remessa dos autos ao contador, em 26/04/2010. Partes intimadas para se manifestarem sobre os cálculos, em 06/10/2010. Julgamento novamente convertido em diligência, publicado em 13/11/2012, para esclarecimento dos índices utilizados nos cálculos. Deferida vista à União, em 25/06/2013. Determinada a intimação da embargada para fornecer documentos e posterior retorno dos autos à Contadoria, em decisão publicada em 14/01/2014. Nova remessa dos autos ao Contador, em 21/10/2014. Intimação das partes para fornecerem os dados solicitados pelo contador judicial, em 16/12/2014. **Último movimento de conclusão para decisão, em 24/04/2015, com minuta de texto no sistema.**

00034721620094025104 – 01005 - ORDINÁRIA/OUTRAS – Distribuído em 25/11/2009, em razão do declínio de competência do juízo estadual, por dependência à ação cautelar n.º 0003471-31.2009.4.02.5104. Determinado o recolhimento das custas, em 27/05/2010, em 24/09/2010 e em 23/03/2011. Em decisão publicada em 01/06/2011, foi determinado às partes que requeressem o que fosse de seus interesses. Em seguida, em 21/03/2012, foi determinada a suspensão do feito, por 180 dias. Em 06/07/2012, foi dada vista dos autos à parte



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

autora. **Concluso para sentença, em 06/11/2012, o feito foi convertido em diligência, para determinar a expedição de ofícios a diversos cartórios para instrução do feito, tendo sido publicado, apenas, em 27/05/2014.** Reiterada a ordem de expedição de ofícios, em 11/09/2014 e em 17/03/2015. Designada, em 14/04/2015, audiência especial de conciliação, para o dia 19/05/2015. Resultado de audiência, em 19/05/2015, deferindo o prazo de 05 dias para a parte autora juntar a ata de assembleia de eleição de seu representante. **Petição da parte autora, juntada em 27/05/2015, cumprindo o determinado em audiência. Parado, desde então.**

Analizados, eletronicamente, os seguintes processos:

00033766420104025104 – 01001 - ORDINÁRIA/TRIBUTÁRIA – distribuído em 02/12/2010, por dependência à cautelar n.º 0002843-08.2010.4.02.5104. Indeferida liminar, em 05/04/2011. Determinada especificação de provas, em 28/04/2011, e deferida prova pericial em 21/11/2011. Intimação do perito para apresentar sua proposta de honorários, em 23/08/2012 (fl. 821). Decisão, em 09/01/2013, rejeitando a impugnação aos honorários periciais (fl. 832). Juntada do laudo pericial, em 26/03/2014 (fl. 927). **Processo concluso para sentença, em 28/11/2014, sem minuta no sistema.**

00000825620104025119 - 05011-REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE – Distribuído, em 10/02/2010, para Barra do Piraí. Declinada da competência, em 07/10/2010, e redistribuído para Volta Redonda na mesma data. Liminar indeferida, em 19/05/2011. Prova pericial deferida em 21/08/2012. Em 28/08/2014, foi assentado, dentre outras determinações, que, em caso de possibilidade de acordo em sede administrativa, o processo seria suspenso por 6 meses. Entretanto, a ANTT, em petição de 02/10/2014, descartou tal possibilidade. **Última conclusão aberta em 10/04/2015, com decisão proferida em 16/10/2015, na qual foi deferida a suspensão do feito.**

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 06/10/2015, e consultas ao Apolo. **Posição até 16/10/2015.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➤ Sem movimentação há menos de 100 dias: **12 processos**

Processo	Classe
00038893720074025104	12001-EMBARGOS À EXECUÇÃO
00028800620084025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00037078020094025104	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00000538520094025104	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS
00043457920104025104	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00034744920104025104	12005-EMBARGOS DE TERCEIRO
00034384120094025104	21000-AÇÃO PENAL
00034216820104025104	12005-EMBARGOS DE TERCEIRO
00023599020104025104	01005-ORDINÁRIA/OUTRAS
00021009520104025104	12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
00013750920104025104	01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA
00009057520104025104	01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS

Dos quais foram analisados, presencialmente no juízo correicionado, os seguintes processos:

00028800620084025104 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – distribuído em 25/09/2008, em face de 7 réus. Liminar deferida em parte, em 14/10/2008, para decretar a indisponibilidade dos bens dos réus. Decisão, em 17/10/2008, negando provimento aos embargos de declaração. Nova decisão, em 11/11/2008, determinando o afastamento cautelar dos policiais federais réus. Recebimento da inicial, em 19/6/2009. Em 18/12/2009, foi deferido o desbloqueio parcial das contas de um dos Réus. Determinação, em 08/01/2010, de expedição de ofício à CEF para que esta informe se a ordem de desbloqueio foi cumprida. Indeferimento do pedido de desbloqueio dos valores depositados na conta poupança do réu, bem como determinação de expedição de ofício à CEF, indagando os motivos pelos quais o valor depositado na conta corrente do réu ainda não foi desbloqueado. Determinada a citação por edital de um dos réus, em 06/06/2010. Revogação do segredo de justiça, bem como determinação de suspensão do processo até o deslinde dos embargos de terceiros, em 09/12/2010. Decisão, em 08 de julho de 2011, determinando o prosseguimento do feito. Determinada especificação de provas, em decisão publicada em 31/01/2012. Em 17/04/2013, foi designada audiência de instrução, para o dia 20/06/2013, na qual foi determinada a continuação para o dia 18/07/2013, redesignada para o dia 19/09/2013. Nova



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

audiência designada, em 23/09/2013, para o dia 28/11/2013, na qual foi determinada a apresentação de alegações finais. Declarada suspeição por motivo de foro íntimo, em despacho publicado em 31/03/2014. Fixação de novo prazo (26 de maio de 2014) para a apresentação de alegações finais. Julgamento convertido em diligência, em 06/10/2014, e novamente em 08/07/2015. Decisão, em 14 de setembro de 2015, determinando a reiteração de expedição de ofício à CEF, bem como que o DETRAN proceda a transferência do veículo adquirido pelo Banco J Safra S/A através de arrendamento, já devidamente quitado, a Marcelo Pereira Cavalcanti. Juntada, em 30 de setembro e em 13 de outubro de 2015, das respostas aos ofícios enviados. Último movimento: juntada, em 13/10/2015.

00034744920104025104 - 12005-EMBARGOS DE TERCEIRO, autuado em 15/12/2010. Processo principal com carga para a Fazenda Nacional, desde 12/11/2010. **Conclusão em 21/02/2011, sendo determinada a intimação do embargante para emendar a inicial, com publicação em 18/05/2011.** Intimação da CEF para impugnação, em 31/08/2011. Intimação da embargante para apresentar réplica, em 24/01/2012. Determinada especificação de provas, em despacho publicado em 28/03/2012. Julgamento convertido em diligência, em 22/05/2012, determinando a inclusão de mais dois réus. **Concluso para decisão em 01/02/2013, foi determinada a inclusão de mais um réu no polo passivo, tendo essa decisão sido registrada no sistema em 10/01/2014.** Último despacho de 19/05/2015, determinando expedição de carta precatória para citação de corresponsável, bem como a suspensão do processo até o retorno da carta precatória. Último movimento em 25/08/2015, tipo aguardando devolução de mandado.

00034384120094025104 - 21000-AÇÃO PENAL, autuado em 23/11/2009. Controle de prescrição na capa, na contracapa, nos autos (fl. 76) e no sistema Apolo. Denúncia oferecida em face de 3 réus, recebida em decisão publicada em 27/05/2010, bem como designação de audiência especial de suspensão condicional do processo, para o dia 06/07/2010. Audiência realizada em 06/07/2010, suspendendo o processo por dois anos, nos termos do art. 89 da Lei n.º 9.099/95, bem como determinação de expedição de carta precatória para indicação de entidade beneficente destinatária dos serviços comunitários a serem prestados por um dos réus. Decretação da perda do material apreendido, em 12/08/2010. Em 16/11/2010, foi determinada intimação pessoal dos acusados,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

para que justificassem o descumprimento das condições impostas. Dada razão a um dos acusados com relação ao cumprimento da prestação de serviços no Rio de Janeiro e determinada expedição de carta precatória, em 27/01/2011. Em despacho publicado em 31/01/2012, foi substituída a entidade designada. Certidão relacionada ao cumprimento das condições impostas para a suspensão condicional do processo, à fl. 143. Nova determinação de comprovação do cumprimento das condições, em 04/03/2013. Revogado o benefício da suspensão condicional do processo, em 11/03/2014. Em 24/03/2015, foi designada audiência para o dia 07/05/2015, com o objetivo de interrogar os réus que tiveram os seus benefícios revogados, a qual foi redesignada para o dia 06/08 e, por fim, para o dia 22/10/2015.

Analísados, eletronicamente, os seguintes processos:

00038893720074025104 – 12001 - EMBARGOS À EXECUÇÃO, autuado em 28/11/2007. Embargos recebidos em 06/12/2007. Prova pericial deferida em despacho publicado em 03/12/2008. Novo perito designado em 12/03/2013, diante da inércia do anterior. Diante da justificativa do primeiro perito designado, foi-lhe dada nova oportunidade de prestar os esclarecimentos solicitados, em 15/04/2014. Processo concluso para sentença em 12/06/2015, sem minuta de texto no sistema.

00037078020094025104 – 12006 - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL – Autuado em 11/12/2009. Embargos recebidos em 25/08/2010. Determinada especificação de provas, em 24/06/2011. Suspensa a tramitação do feito, em 07/02/2012, por 30 dias. Prova pericial deferida em 21/06/2012. Sigilo de peças decretado em 06/12/2012. Última **conclusão aberta em 27/05/2015, com despacho proferido em 26/08/2015**, determinando a intimação pessoal do perito, com prazo de 15 dias, sob pena de destituição. Concluso para decisão, em 15/10/2015.

00043457920104025104 – 01002 - ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA – autuado em 09/08/2010. Indeferida tutela antecipada, em 14/01/2011. Deferidos oitiva de testemunhas e depoimento pessoal da Autora, em 19/06/2012. Designada audiência em 19/07/2012, para o dia 11/10/2012, redesignada para o dia 26/10/2012, na qual foi determinada a expedição de carta precatória para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

colheita de depoimento pessoal dos réus. Em 30/06/2015, designada audiência de instrução e julgamento, para o dia 01/10/2015, a qual foi redesignada para o dia 05/11/2015, em despacho de 12/08/2015. Último movimento: publicação deste despacho, em 20/08/2015.

00034216820104025104 - 12005-EMBARGOS DE TERCEIRO – autuado em 10/12/2010. Recebidos os embargos em 16/12/2010. Determinada especificação de provas em 29/06/2011. Julgamento convertido em diligência em 22/05/2012. Processo concluso para sentença em 25/08/2015, sem minuta no sistema.

00023599020104025104 - 01005-ORDINÁRIA/OUTRAS – autuado em 23/07/2010. Despacho de “cite-se”, em 02/03/2011. Especificação de provas determinada em 02/06/2011. Deferida prova pericial em 26/10/2011. Não realizada a perícia, após sucessivas intimações, foi determinada nova tentativa, em despacho de 16/01/2015. Decisão, em 13/05/2015, determinando a intimação, com urgência, do perito. Decisão, em 10/09/2015, determinando a designação de novo perito médico veterinário. Concluso para decisão, em 25/09/2015, sem minuta de texto no Apolo.

00021009520104025104 - 12006-EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL, autuado em 07/07/2010. Embargos recebidos em 13/08/2010. Determinada especificação de provas, em 27/07/2011. Determinada expedição de ofício para juntada de processo administrativo, em 03/06/2013. Última decisão de 28/08/2015, determinado nova expedição de ofício, com prazo de 30 dias. Último movimento de 24/09/2015, tipo “aguardando devolução de mandato”.

00013750920104025104 - 01002-ORDINÁRIA/PREVIDENCIÁRIA, autuado em 14/05/2010. Recebida emenda à inicial e indeferida antecipação de tutela em 12/06/2012. Julgamento convertido em diligência em 13/01/2014, para reabertura do prazo para réplica e especificação de provas. Em 24/07/2014, foi designada audiência de instrução para o dia 28/08/2014, na qual foi determinada expedição de carta precatória para oitiva de testemunhas. Processo concluso para sentença em 04/08/2015, sem minuta de texto no sistema.

00009057520104025104 - 01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS, autuado em 12/04/2010. Antecipação da tutela indeferida em 23/11/2010. Designada audiência especial de conciliação, em regime de mutirão, em 01/07/2011, para o dia 14 do mesmo mês, não tendo sido aceita a proposta. Notícia de falecimento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

da Autora e suspensão do feito, em 07/03/2012. Indeferido o pedido de habilitação do ex-cônjuge da Autora falecida, em 25/04/2012. Habilitação dos demais sucessores homologada em 02/10/2012. Deferida prova pericial, em 29/01/2014. Informação de secretaria em 23/07/2015, abrindo vista às partes sobre o laudo pericial. **Último movimento de remessa com carga para CEF, em 30/07/2015, e certidão de decurso de prazo, em 02/09/2015. Sem movimentação posterior.**

Processo físico analisado eletronicamente, tendo em vista remessa com carga para PRF:

00000538520094025104 - 01004-ORDINÁRIA/IMÓVEIS – autuado em 13/01/2009. Determinada especificação de provas em decisão publicada em 05/04/2010. Prova pericial deferida em decisão publicada em 22/10/2012. Último despacho publicado em 24/08/2015, deferindo vista às partes sobre o laudo pericial. Último movimento de remessa/carga para PRF, em 23/09/2015.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 06/10/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até 16/10/2015.

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).

Não se aplica.

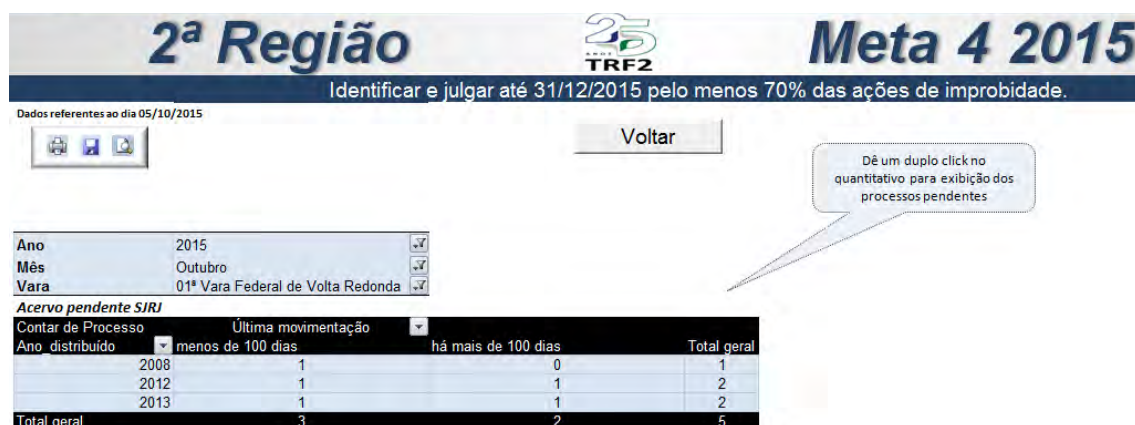
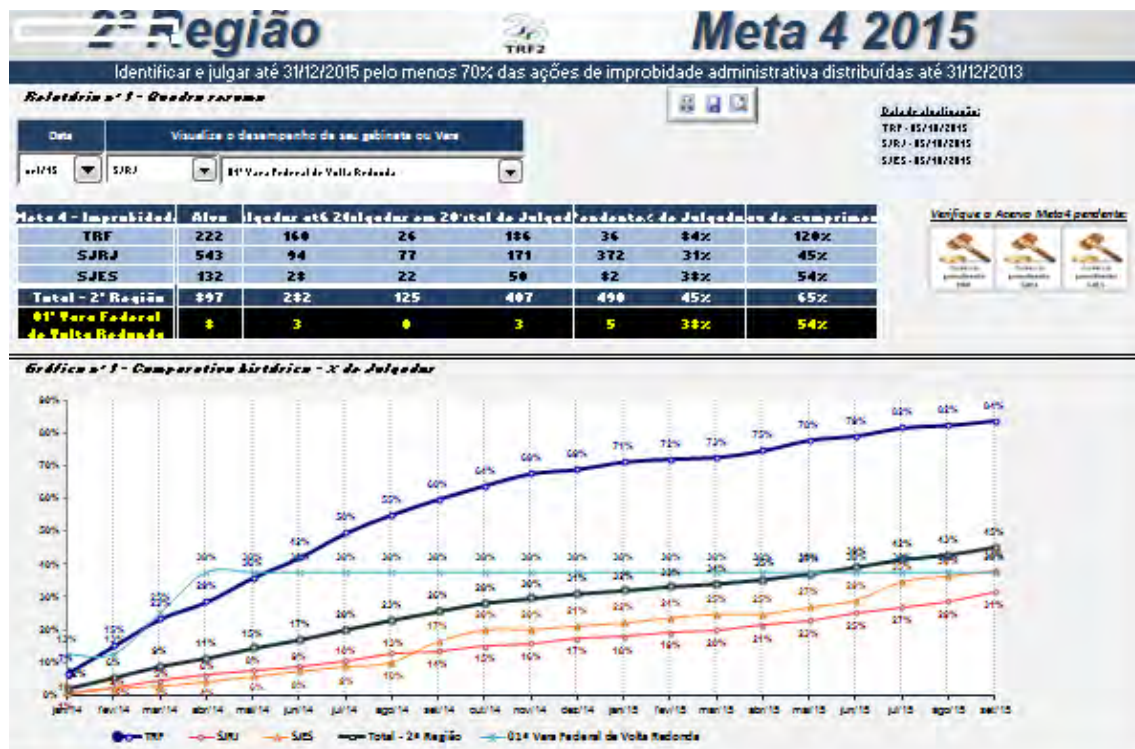
IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Situação:



➤ Sem movimentação há mais de 100 dias: **02 processos**

Processo	Classe
00024346120124025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00036546020134025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Analizados, eletronicamente, os seguintes processos:

00024346120124025104 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, autuada em 04/12/2012. Segredo de justiça absoluto anotado no sistema, com base na decisão de 07/12/2012, e posteriormente, na decisão de 16/01/2013, quando foi deferida a liminar. Em 18/09/2013, designada audiência de instrução para o dia 14/11/2013. **Processo concluso para sentença em 11/02/2015, sem minuta de texto no sistema.**

00036546020134025104 - 06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, autuado em 05/06/2013. Inicial recebida em 15/10/2013. Determinada especificação de provas, em 18/03/2014. Trasladada decisão em agravo de instrumento (fls. 1.767/1.771), que determinou o recebimento da inicial em sua integralidade e afastando a prescrição. **Conclusão para sentença em 07/04/2014, sem minuta de texto no sistema**

➤ Sem movimentação há menos de 100 dias: **03 processos**

Processo	Classe
00028800620084025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00025056320124025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
00002319220134025104	06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Analizados, eletronicamente, os seguintes processos:

00028800620084025104 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. (Analisado no âmbito da Meta 02).

00025056320124025104 – 06006 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, autuado em 11/12/2012. Liminar deferida em 17/12/2012 e inicial recebida em 18/03/2013. Especificação de provas determinada em 26/08/2013. Vista às partes em alegações finais, em 28/01/2014. Julgamento convertido em diligência, em 13/02/2015, determinando juntada de documentos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Processo concluso para sentença em 17/08/2015, sem minuta de texto no sistema.

00002319220134025104 - 06006-AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, autuado em 27/02/2013. Liminar indeferida em 25/04/2013. Inicial recebida em 09/04/2014. Especificação de provas em 09/07/2014. Acautelamento de mídia referente ao INSS PAD 35301.004582/2009-30, em 26/03/2015. Despacho de 18/08/2015, designando audiência de instrução e julgamento para o dia 25/02/2016. Decisão, em 08/10/2015, determinando a expedição de carta precatória para oitiva de testemunha, bem como cancelando a audiência anteriormente designada.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 06/10/2015 e consultas ao Apolo, **posição até 16/10/2015.**

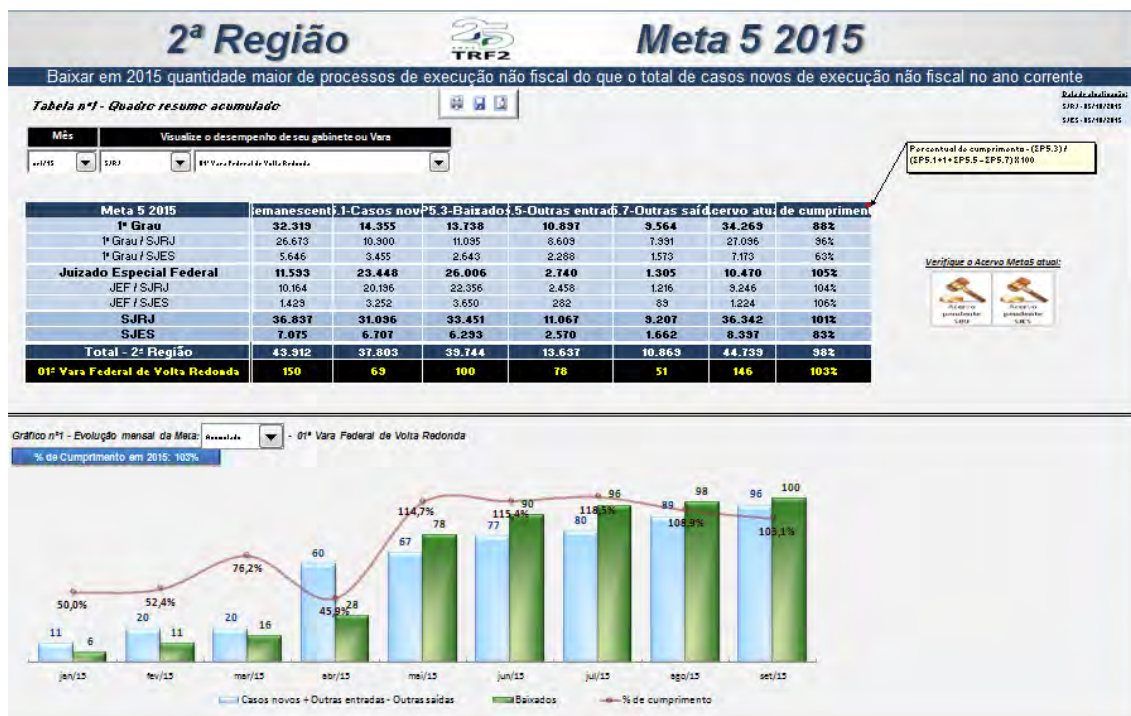
V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

Situação:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 06/10/2015.

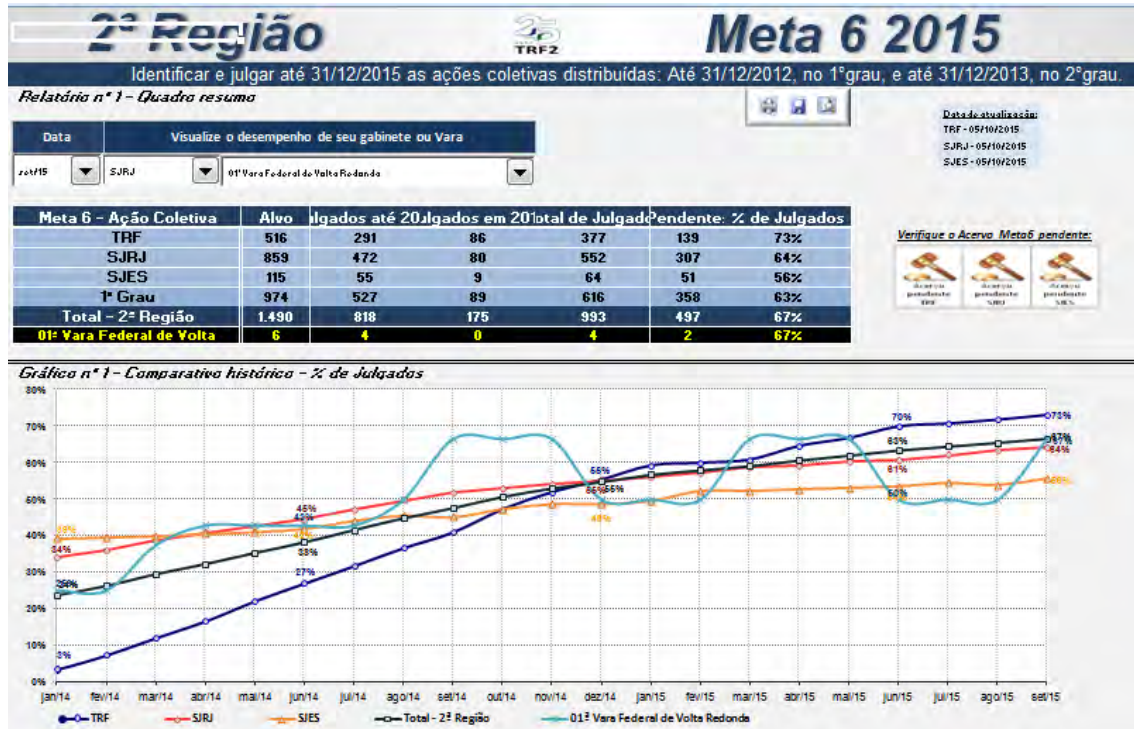
VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

- Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

De acordo com o gráfico obtido no Portal de Estatísticas da 2ª Região:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Processo	cod_documento	Classe
00015451020124025104	63414104	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA
00015469220124025104	63414189	06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Analizados, eletronicamente, os seguintes processos:

00015451020124025104 - 06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA, autuado em 19/07/2012. Deferida antecipação de tutela em 29/08/2012. Decisão saneadora em 05/04/2015, determinando uma série de providências. Indeferida nova medida de urgência em 02/06/2015. **Último movimento de juntada de cópia de decisão em agravo de instrumento, em 05/08/2015, e certidão, em 14/08/2015. Sem movimentação posterior.**

00015469220124025104 - 06001-AÇÃO CIVIL PÚBLICA, autuado em 19/07/2012. Indeferida tutela de urgência, em 29/08/2012. Determinada especificação de provas, em 04/03/2013. Decisão extinguindo o processo, sem julgamento do mérito, em 06/06/2013, com relação à União e ao Estado do Rio



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

de Janeiro. Julgamento convertido em diligência, em 14/08/2013. **Processo concluso para sentença em 14/03/2014, sem minuta de texto no sistema.**

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 06/10/2015 e consultas ao Apolo. Posição até 16/10/2015.

VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Situação:

Microsoft Excel - Meta7_TRF2_2015 1 VF VR 25set

2ª Região

25

TRF2

Meta 7 2015

Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente

Tabela nº1 - Quadro resumo

Data de atualização:
TRF - 02/07/2015
SJRJ - 02/07/2015
SJES - 02/07/2015

Mês

Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara

Jul/15

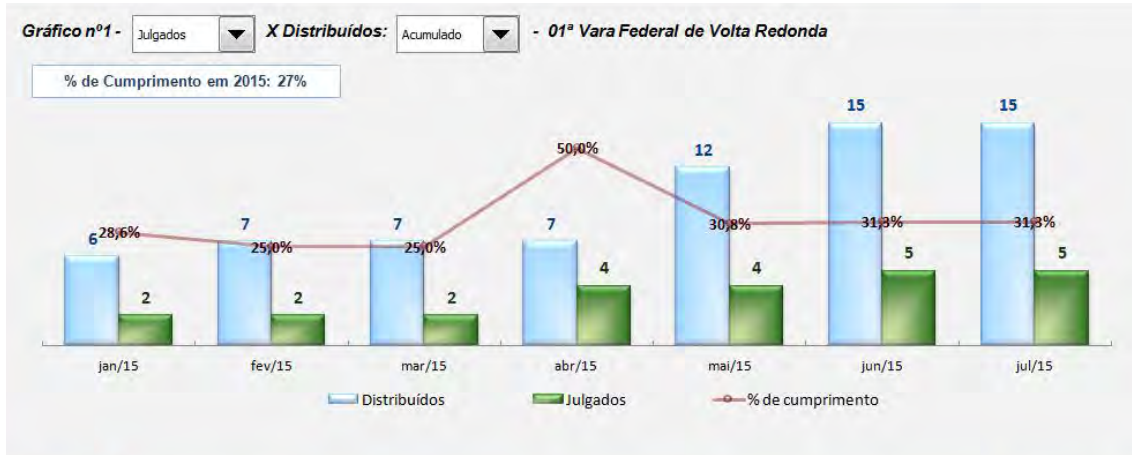
SJRJ

01ª Vara Federal de Volta Redonda

Meta 7 2015	Distribuídos	Julgados	% de cumprimento	Baixados	% de cumprimento
1º Grau	1.751	1.315	75%	1.576	90%
1º Grau / SJRJ	1.456	1.032	71%	1.193	82%
1º Grau / SJES	295	283	96%	383	129%
Juizado Especial Federal	42	54	126%	75	174%
JEF / SJRJ	37	38	100%	52	137%
JEF / SJES	5	16	267%	23	383%
Turma Recursal	9	12	120%	13	130%
TR / SJRJ	8	10	111%	10	111%
TR / SJES	1	2	100%	3	150%
Tribunal Regional Federal	916	735	80%	712	78%
SJRJ	1.501	1.080	72%	1.255	84%
SJES	301	301	100%	409	135%
Total - 2ª Região	2.718	2.116	78%	2.376	87%
01ª Vara Federal de Volta Redonda	15	5	31%	4	25%



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 06/10/2015.

VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Situação: 00 processo pendente de julgamento.

2ª Região

TRF2

Meta 8 2015

Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara		
set/15	SJRJ	01ª Vara Federal de Volta Redonda	

Data de atualização:

TRF - 05/10/2015

SJRJ - 05/10/2015

SJES - 05/10/2015

Meta 8	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
1º Grau	692	274	148	422	270	61%
1º Grau / SJRJ	505	199	109	308	197	61%
1º Grau / SJES	187	75	39	114	73	61%
Juizado Especial Federal	17	7	6	13	4	76%
JEF / SJRJ	9	3	5	8	1	89%
JEF / SJES	8	4	1	5	3	63%
Turma Recursal	0	0	0	0	0	-
TR / RJ	0	0	0	0	0	-
TR / ES	0	0	0	0	0	-
TRF	134	84	17	101	33	75%
SJRJ	514	202	114	316	198	61%
SJES	195	79	40	119	76	61%
Total - 2ª Região	843	365	171	536	307	64%
01ª Vara Federal de Volta Redonda	2	1	1	2	0	100%

Verifique o Acervo Meta8 pendente:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2ª Região **Meta 8 2015**

Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Dados referentes ao dia 05/10/2015

Dê um duplo click no quantitativo para exibição dos processos pendentes

Ano	2015	<input checked="" type="checkbox"/>
Mês	Outubro	<input checked="" type="checkbox"/>
Vara	01ª Vara Federal de Volta Redonda	<input checked="" type="checkbox"/>

Acervo pendente SJRJ

Contar de Processo	Última movimentação	
Ano distribuído	<input checked="" type="checkbox"/> menos de 100 dias	<input type="checkbox"/> há mais de 100 dias
Total geral		0

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 06/10/2015.

➔ **PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:**
MATÉRIA CÍVEL

(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR)

Analisando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), referente ao período de outubro de 2014 a setembro de 2015, emitidos em 06/10/2015, verificou-se a seguinte situação:

. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO:

Total: 02
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 00
Em trâmite: 02

Analisado, eletronicamente, o seguinte processo:

0025795-05.2015.4.02.5104: autuado em 18/03/2015. Liminar indeferida em 07/05/2015. Sentença, em 16/10/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Processo físico analisado eletronicamente, tendo em vista remessa com carga para PFN.

0002479-41.2007.4.02.5104: Autuado em 05/07/2007. Liminar deferida em 26/09/2007. Sentença classificada como “Tipo A”, em 13/11/2007, julgando procedente o pedido. Homologado acordo entre as partes, em 14/01/2008. Autos remetidos ao TRF em 09/07/2008 e devolvidos em 11/04/2012. Iniciada a execução, consta o ato ordinatório de 15/05/2015, dando vista à Exequente, após frustrada a penhora determinada, **com prazo de cinco dias. Último movimento de 15/06/2015, de remessa para PFN.**

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA:

Total: 08

Suspensos: 03

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 05

Analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0001545-10.2012.4.02.5104 (analisado na Meta 02).

0001546-92.2012.4.02.5104 (analisado na Meta 02).

0001782-10.2013.4.02.5104: autuado em 28/10/2013. Indeferida liminar em 19/11/2013. Despacho, em 22/09/2015, determinando que se aguarde o retorno de carta precatória, e designando audiência de instrução e julgamento para 07/04/2016. Despacho, em 07/10/2015, determinando o encaminhamento das peças de fls. 361/362 ao Juízo deprecado.

0066962-02.2015.4.02.5104: autuado em 24/06/2015. Antecipação de tutela parcialmente deferida em 16/07/2015. Último despacho (inserido no sistema como decisão), determinando vista ao MPF sobre embargos de declaração do INEA, em 29/09/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0123048-90.2015.4.02.5104: autuado em 30/09/2015. Decisão, em 13/10/2015, determinando a intimação dos Correios.

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA:

Total: 12
Suspensos: 01
Ag. Recurso TRF: 00
Em trâmite: 11

Processos Remanescentes

0000231-92.2013.4.02.5104 (analisado na Meta 02)
0002434-61.2012.4.02.5104 (analisado na Meta 02)
0002505-63.2012.4.02.5104 (analisado na Meta 02)
0002880-06.2008.4.02.5104 (analisado na Meta 02)
0003654-60.2013.4.02.5104 (analisado na Meta 02)

Analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0001965-44.2014.4.02.5104: autuado em 29/07/2014. Liminar deferida em 05/08/2014. Último despacho em 30/08/2015, para que o INSS diga se tem interesse na lide. Determinação de vista ao MP para manifestar-se acerca da contestação, em 09/10/2015.

0002973-95.2010.4.02.5104: autuado em 06/10/2010. Liminar deferida em 22/10/2010. Inicial recebida em 14/02/2011. Especificação de provas em 19/05/2011. Sentença tipo “A”, proferida em 17/12/2012, julgando parcialmente procedente o pedido. Autos remetidos ao TRF em 21/08/2013 e devolvidos em 19/02/2014, com a declaração de nulidade da sentença. Em 21/02/2014, reaberta a oportunidade de especificação de provas. Deferida prova oral, dentre outras determinações, em 07/04/2014. **Último despacho de 09/02/2015,**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

determinando a expedição de ofício à DATAPREV, com prazo de 30 dias. Último movimento de 08/06/2015, tipo “certidão” (processo inspecionado no período entre 08/06/2015 a 12/06/2015, sem que fosse dado andamento a ele).

053152-57.2015.4.02.5104: autuado em 22/05/2015. Determinada notificação para defesa prévia, em 01/06/2015. Em 18/08/2015, foi determinada vista ao MPF. Intimação das partes para especificarem provas, em 30/09/2015.

Analísado, presencialmente, o seguinte processo:

0003860-50.2008.4.02.5104: distribuído em 10/12/2008. Liminar deferida, em 20/01/2009, para decretar a indisponibilidade dos bens do réu, bem como o seu afastamento imediato do INSS. Inicial recebida em 02/06/2009. Especificação de provas, em 05/08/2009. Deferimento de vista ao MPF, em 03/02/2010. Designação de audiência para oitiva da testemunha arrolada pelo MPF para o dia 08/06/2010, (publicação em 16/04/2010). Cancelamento de audiência, tendo em vista o novo endereço da testemunha, sendo determinada a expedição de carta precatória para a realização da intimação e da oitiva da testemunha (publicação em 07/06/2010). Revogação da decisão anterior e designação de audiência para o dia 29/06/2010, em 17/06/2010. Audiência realizada em 29/06/2010, com despacho abrindo prazo para memoriais. Sentença tipo “A”, proferida em 09/09/2010, julgando procedente em parte o pedido. Sentença não conhecendo os embargos de declaração, em 25/01/2011. Não conhecida a petição de fls. 537/544, já que inepta como meio de impugnação da sentença, e determinada a lavratura de certidão de trânsito em julgado, em 06/04/2011. Decisão determinando a intimação do MPF para apresentar os cálculos do valor devido pela parte ré, em 17/06/2011. Remessa dos autos ao Contador, em 01/07/2011. Determinada intimação da parte ré para cumprimento do julgado, em 29/09/2011. Em 19/06/2012, determinada penhora através do BACENJUD. Deferimento da penhora “porta a dentro”, em 25/02/2013. Suspensa a execução, na forma do art. 791, III, do CPC, em 22/04/2013. Deferimento, em 27/09/2013, de vista dos autos ao MPF. Determinação de expedição de mandado de penhora e avaliação, em 04/11/2013. Indeferimento do pedido de expedição de mandado de penhora requerido pelo MPF, em 17/01/2014. Determinação de expedição de mandado de avaliação, em 10/06/2014. Deferimento de vista ao MPF, em 08/09/2015. Determinação, em 05/10/2015, para que o cartório do 2º ofício



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(notarial e registral) de Resende registre a penhora com averbação em relação ao bem indicado à fl. 674.

Processos físicos analisados eletronicamente, tendo em vista remessa com carga para INSS.

0002868-89.2008.4.02.5104: autuado em 25/09/2008. Liminar deferida em 30/10/2008. Inicial recebida em 27/03/2009. Especificação de provas em 13/07/2009. Deferida produção de prova oral e indeferida prova pericial, em 12/04/2011. Julgamento convertido em diligência em 28/06/2013. Sentença classificada como “Tipo A”, proferida em 07/01/2014, julgando parcialmente procedente o pedido. Autos remetidos ao TRF em 25/07/2014 e devolvidos em 09/07/2015. Último despacho de 03/09/2015, deferindo vista ao INSS e expedição de ofícios. Último movimento de carga para o INSS, em 28/09/2015.

0003087-68.2009.4.02.5104: autuado em 16/10/2009, inicialmente distribuído à 2ª VF/VR. Notificação do réu para defesa prévia, em 06/11/2009. Determinada a remessa dos autos à 1ª VF/VR, para distribuição por dependência ao processo n.º 2008.51.04.002868-6, em 05/04/2010. Determinada citação em 05/08/2010. Especificação de provas determinada em 14/02/2011. Deferida prova oral em 31/05/2011. Audiência realizada em 29/09/2011. Sentença tipo “A”, proferida em 06/06/2013, julgando parcialmente procedente o pedido. Autos remetidos ao TRF em 10/12/2013 e devolvidos em 18/06/2015. Último despacho de 21/09/2015, determinando intimação do INSS para dar prosseguimento ao feito. Remessa dos autos à autarquia, em 28/09/2015.

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA A CLASSIFICAR

Total: 00
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 01
Em trâmite: - 01

. ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA:

Total: 01
Suspensos: 00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Ag. Recurso TRF: 00
Em trâmite: 01

Analísado, presencialmente, o seguinte processo:

0003948-25.2007.4.02.5104: autuado em 06/12/2007. Deferida indisponibilidade de bens, em 12/12/2007. Inicial recebida em 21/02/2008. Julgamento convertido em diligência, em 10/07/2008. Indeferida a produção de provas, em 08/08/2008. Sentença tipo “A”, julgando parcialmente procedente o pedido, em 23/03/2009. Apelação não recebida em 03/11/2009 e determinada a certificação do trânsito em julgado. Iniciada execução do julgado em 29/07/2010. Suspenso o feito na forma do art. 791, III, do CPC, em 03/07/2012. Decisão de 30/09/2015, determinando última tentativa de penhora *on line* através do BACENJUD e, em caso de resposta negativa, a baixa e o arquivamento dos autos até ulterior manifestação do *Parquet*.

. AÇÃO DE USUCAPIÃO:

Total: 04
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 00
Em trâmite: 04

Analísado, eletronicamente, o seguinte processo:

0000778-64.2015.4.02.5104 – autuado em 09/01/2015. Decisão, publicada em 26/02/2015, determinando que a parte autora emende a inicial (fl. 30). Decisão, publicada em 02/07/2015, concedendo o derradeiro prazo de 30 dias, sob pena de extinção do feito, para que a parte autora junte os documentos necessários (fls. 35/36). Parte autora intimada novamente para cumprimento de decisão anterior (fl. 40). Decisão, publicada em 18/09/2015, deferindo o prazo de 20 dias para a parte autora juntar os documentos exigidos (fl. 42). Último movimento: juntada, em 07/10/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0001784-77.2013.4.02.5104 – autuado em 25/10/2013. Decisão, publicada em 06/11/2013, indeferindo a liminar e determinando a citação dos réus (fls. 35/36). Deferimento de gratuidade de justiça, em 21/11/2014, bem como determinação de citação do síndico para comparecer à audiência de conciliação (fls. 84/86). Certidão de publicação de edital, à fl. 103. Decisão, publicada em 13/02/2015, retirando o feito de pauta, bem como determinando a intimação da parte autora para manifestar-se quanto à certidão de fls. 97/98 (fl. 109). Designação de audiência especial para o dia 28/01/2016 (decisão publicada em 06/08/2015).

0002016-55.2014.4.02.5104 – autuado em 04/08/2014. Processo distribuído em razão do juízo da 1ª Vara Cível da comarca de Barra Mansa ter declinado de sua competência para uma das varas federais. Decisão, publicada em 06/11/2014, determinando a intimação da parte autora para promover a citação da empresa Viação Ferro Centro Oeste, bem como para informar se já existe ação de inventário, tendo em vista o óbito da parte autora (fls. 238/239). Intimação da União para informar se o bem, objeto da lide, pertence a ela e para se manifestar sobre o pedido de habilitação (fl. 247). Renovação de intimação da AGU para se manifestar sobre o pedido de habilitação (fl. 257). Último movimento: juntada em 07/10/2015.

0003085-25.2014.4.02.5104 – autuado em 13/10/2014. Inicial recebida em 24/10/2014. Edital de citação e intimação publicado em 19/01/2015 (fls. 84/85). Decisão determinando a intimação do Município de Barra Mansa e da parte autora (fl. 91). Deferimento do depoimento pessoal dos autores e intimação das partes para apresentarem rol de testemunhas, em 09/07/2015 (fl. 124). **Último movimento: concluso para despacho desde 03/08/2015.**

. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO:

Total: 05

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 01

Em trâmite: 04



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Analizados, eletronicamente, os seguintes processos:

0129109-98.2014.4.02.5104 – **autuado em 05/06/2014. Determinada a citação, em 14/08/2004.** Designação de audiência de conciliação para o dia 10/12/2014 (despacho publicado em 31/10/2014 - fls. 259/260). Assentada de audiência juntada às fls. 275/276, na qual foi redesignada a audiência de conciliação para o dia 11/02/2015. Decisão, em 04/02/2015, deferindo o adiamento da audiência do dia 11/02/2015 (fl. 312). Determinada a suspensão do processo até ulterior decisão nos autos da ação civil pública nº 0056338-88.2015.4.02.5104 – publicação em 25/06/2015 (fl. 366). Decisão, em 11/09/2015, negando provimento aos embargos de declaração opostos (fls. 378/379). Decisão, em 23/09/2015, redesignando a audiência para o dia 25/11/2015, tendo em vista as partes estarem tentando um acordo para solução do litígio (fl. 397). Último movimento: juntada em 07/10/2015.

0129389-69.2014.4.02.5104 – **autuado em 06/06/2014. Determinada a citação, em 14/08/2004.** Deferimento de vista ao MPF, em 05/09/2014. Designação de audiência de conciliação para o dia 10/12/2014 (despacho publicado em 31/10/2014 - fls. 342/343). Assentada de audiência juntada às fls. 358/359, na qual foi redesignada a audiência de conciliação para o dia 11/02/2015. Decisão, em 04/02/2015, deferindo o adiamento da audiência do dia 11/02/2015 (fl. 377). Determinada a suspensão do processo até ulterior decisão nos autos da ação civil pública nº 0056338-88.2015.4.02.5104 – publicação em 25/06/2015 (fl. 440). Juntada de embargos de declaração em 21/07/2015. Último movimento: conclusão para decisão em 07/10/2015.

0129443-35.2014.4.02.5104 – **autuado em 06/06/2014. Determinada a citação, em 14/08/2004.** Deferimento de vista ao MPF, em 05/09/2014. Designação de audiência de conciliação para o dia 10/12/2014 (despacho publicado em 31/10/2014 - fls. 437/438). Assentada de audiência juntada às fls. 453/454, na qual foi redesignada a audiência de conciliação para o dia 11/02/2015. Decisão, em 04/02/2015, deferindo o adiamento da audiência do dia 11/02/2015 (fl. 482). Determinada a suspensão do processo até ulterior decisão nos autos da ação civil pública nº 0056338-88.2015.4.02.5104 – publicação em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

25/06/2015 (fl. 543). Juntada de pedido de reconsideração em 24/07/2015. Último movimento: conclusão para decisão em 07/10/2015.

0129449-42.2014.4.02.5104 – **autuado em 06/06/2014. Determinada a citação, em 14/08/2004.** Designação de audiência de conciliação para o dia 10/12/2014 (despacho publicado em 31/10/2014 - fls. 205/206). Assentada de audiência juntada às fls. 327/328, na qual foi redesignada a audiência de conciliação para o dia 11/02/2015. Decisão, em 04/02/2015, deferindo o adiamento da audiência do dia 11/02/2015 (fl. 344). Determinada a suspensão do processo até ulterior decisão nos autos da ação civil pública nº 0056338-88.2015.4.02.5104 – publicação em 02/07/2015 (fl. 398). Juntada de embargos de declaração e de petição em 21/07/2015. Último movimento: conclusão para decisão em 07/10/2015.

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraídos em 06/10/2015. Análise presencial e eletrônica, através do sistema Apolo. Posição até 16/10/2015.

**PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:
MATÉRIA CRIMINAL**

. *HABEAS CORPUS*: 00

. PROCESSOS COM RÉU PRESO: 00

. PEDIDOS DE QUEBRA DE SIGILO: 05

Processos físicos analisados eletronicamente, tendo em vista remessa com carga para MPF.

0003151-05.2014.4.02.5104: autuado em 24/10/2014. **Processo com sigilo absoluto**, decretado em 03/11/2014, quando deferida a quebra de sigilo pleiteada. Despacho de 20/01/2015, determinando apensamento ao Inquérito



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Policia n.º 0003073-11.2014.4.02.5104. **Último movimento de remessa ao MPF, em 20/01/2015, apensados aos autos principais.**

0003239-43.2014.4.02.5104: autuado em 14/11/2014. **Processo com sigilo absoluto**, decretado em 02/12/2014. Deferido o pedido de quebra de sigilo em 13/02/2015. **Último movimento de remessa ao MPF, em 08/04/2015, apensado ao IPL n.º 0000027-14.2014.4.02.5104.**

0500216-95.2015.4.02.5104: autuado em 12/06/2015. **Processo com sigilo absoluto**, decretado em 02/07/2015, quando deferida a quebra de sigilo pleiteada. **Último movimento de remessa ao MPF, em 07/08/2015.**

Vistos presencialmente.

0500396-14.2015.4.02.5104: autuado em 27/08/2015. **Processo com sigilo absoluto no sistema.** Decretada decisão (fls. 05/08), ainda não intimada, assinada eletronicamente em 29/09/2015. Expedido o OFÍCIO N. 174-0, em 08/10/2015 ao Site FACEBOOK.

0803009-11.2013.4.02.5101: autuado em 19/12/2013. **Processo com segredo de justiça absoluto.** Decisão (fl.07) em 07/01/2014, proferida pela 6ª VF Criminal do Rio de Janeiro, deferindo a medida postulada e a redistribuição por dependência ao IPL n.º 0027486-34.2013.4.02.5101; declinada a competência (fls. 18) para uma das varas da Subseção de Volta Redonda, onde, uma vez distribuído, foi proferida a decisão de fl. 21 decretando a ordem de sigilo absoluto, em 07/05/2014. Último ato produzido no feito: deferimento da expedição de ofício ao provedor HOTMAIL, em 29/09/2015. Expedido ofício em 08/10/2015.

. COMUNICAÇÃO DE PRISÃO: 01

Processo físico analisado eletronicamente, tendo em vista remessa com carga para MPF.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0003484-54.2014.4.02.5104: autuado em 09/12/2014, oriundo de declínio de competência da 1ª Vara Criminal de Barra Mansa/RJ. Despacho de 10/12/2014, determinando remessa dos autos ao MPF, efetuada em 12/12/2014. Localização: MPF.

. PROCESSOS COM EXPEDIÇÃO DE CARTA DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL (Art. 263 da CNCR):

Conforme mapa obtido no Apolo, Módulo Secretaria, constam **03** cartas de execução de sentença penal expedidas, no período de 01/10/2014 a 30/09/2015.

Foram analisados, presencialmente, no juízo correicionado:

CSP.0401.000001-0/2015 (PROC 0003275-61.2009.4.02.5104): Autuado em 05/11/2009, a sentença foi proferida em 11/09/2012, transitado em julgado, no STJ, em 02/06/2014- fl. 36- (AREsp n.º 486605/RJ). Determinada a expedição de carta de execução de sentença em 20/10/2014 e a intimação da acusada para pagamento das custas (fl.37). despacho à fl. 42 recebendo a Carta de Execução de Sentença Penal, em 22/01/2015, bem como encaminhado os autos à Contadoria Judicial para liquidar a condenação, determinada a expedição de Carta Precatória ao Juízo Federal Criminal de São Paulo solicitando a realização da audiência admonitória, para efetivo início das penas restritivas de direito, com data de envio em 14/08/2015.

Ressalto, ainda, que há na capa e contracapa da presente carta de sentença penal certidão com os seguintes dados:

Classificação penal dos fatos (art. 171 § 3º, do CP), data do trânsito em julgado da sentença para a acusação e defesa, causa de interrupção (início da execução penal- audiência admonitória), data estimada para consumação da prescrição pela pena aplicada, bem como a idade do acusado na data do fato e na data da sentença condenatória.

CSP .0401.000002-4/2015 (PROC 0001084-77.2008.4.02.5104): autuado em 24/08/2008. A sentença foi proferida em 11/03/2014, e certificado em 03/10/2014 trânsito em julgado (fl.29), apenas em relação a um dos réus, com a posterior remessa dos autos ao TRF para julgamento do recurso (em 25/06/2015).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Publicada em 11/03/2015, a determinação de expedição de carta de execução de sentença e a intimação da acusada para pagamento das custas (fl.30); despacho à fl. 31 recebendo a Carta de Execução de Sentença Penal, em 09/07/2015, bem como encaminhado os autos à Contadoria Judicial para liquidar a condenação; designado em 12/08/2015 o dia 03/12/2015 para a realização da audiência admonitória.

Ressalto, ainda, que há na capa e contracapa da presente carta de sentença penal certidão com os seguintes dados:

Classificação penal dos fatos (art. 304 do CP), data do trânsito em julgado da sentença para a acusação e defesa, causa de interrupção (início da execução penal- audiência admonitória), data estimada para consumação da prescrição pela pena aplicada, bem como a idade do acusado na data do fato e na data da sentença condenatória.

CSP.0401.000003-9/2015 (PROC 0002949-67.2010.4.02.5104): autuado em 01/10/2010. Sentença proferida em 30/07/2014 e publicada em 01/09/2014 (fl.18), bem como certificado o trânsito em julgado à fl. 19, em 23/10/2014; despacho à fl. 21 recebendo a Carta de Execução de Sentença Penal, em 24/09/2015, e seu encaminhamento à Contadoria Judicial para liquidar a condenação, com o retorno dos autos fosse expedida carta precatória à Subseção Judiciária de Barra do Piraí solicitando a realização da audiência admonitória, para efetivo início das penas restritivas de direito

Ressalto, ainda, que há na capa e contracapa da presente carta de sentença penal certidão com os seguintes dados:

Classificação penal dos fatos (art. 171 § 3º, do CP), data do trânsito em julgado da sentença para a acusação e defesa, causa de interrupção (início da execução penal- audiência admonitória), data estimada para consumação da prescrição pela pena aplicada, bem como a idade do acusado na data do fato e na data da sentença condenatória.

Fonte: Consulta de Expedientes Apolo – CESP (tipo 16), extraída em 01/10/2015, posição até 15/10/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. PROCESSOS COM SENTENÇA CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO (AGUARDANDO EXPEDIÇÃO DE CESP).

Segundo a servidora responsável pelo Setor Criminal (Execução penal) do Juízo correccionado, constam os seguintes processos com sentença condenatória transitada em julgado, que retornaram do TRF, ainda sem expedição da correspondente carta de execução da sentença penal, na seguinte situação:

AÇÃO PENAL Nº 2012.51.04.000005-9 (CNJ 0000005-24.2012.4.02.5104) – Crime Ambiental. Há controle de prescrição por etiqueta na capa e na contracapa dos autos. Denúncia oferecida em 09/01/2012 e recebida em 24/01/2012 (fl.05). Sentença condenatória proferida em 16/12/2013 (fls. 313/329) e publicada em 06/02/2014; recebido no TRF 2ª Região em 22/08/2014. Certidão de trânsito em julgado do acórdão (fl. 408) datado de 11/05/2015. Termo de remessa datado de 11/05/2015. Despacho, em 01/10/2015, determinando, preliminarmente, a destruição do bem apreendido (balsa de extração mineral), e a expedição das cartas de execução de sentença.

AÇÃO PENAL Nº 2006.51.04.000690-6 (CNJ 0000690-41.2006.4.02.5104) – Estelionato Previdenciário (art. 171 § 3º, do CP). Há controle de prescrição por etiqueta na capa e na contracapa dos autos. Despacho determinando a notificação dos denunciados para apresentarem a resposta preliminar, nos termos do artigo 514 do CPP, em 02/05/2006 (fl. 05); Reconsideração da decisão que rejeitou à denúncia em 09/01/2007 (fl 63); Sentença condenatória publicada em 09/02/2009 (fl. 214 vº); recebido no TRF 2ª Região em 17/09/2009 (fl.326 vº); Recurso Extraordinário protocolizado em 14/09/2010; protocolizado Recurso Especial em 10/01/2011; Despacho determinando a suspensão do feito, aguardando o julgamento do Recurso Especial interposto; despacho, em 13/01/2015, proferido à fl. 576 dos autos, determinando a expedição da carta de execução de sentença; decisão reconhecendo a prescrição retroativa em face de um dos réus, em 08/06/2015 (fl.594), bem como determinado o cumprimento das determinações de fl. 576, em relação ao réu R.G.M, em 08/10/2015 (fl. 595).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. PROCESSOS COM REVOGAÇÃO DE ORDEM DE PRISÃO

De acordo com o informado pelo setor criminal, na ocasião da correição presencial, não há processo na situação pertinente ao item.

. RECOLHIMENTO DE MANDADO DE PRISÃO A CONTAR DA REVOGAÇÃO:

De acordo com o informado pela servidora responsável, com a determinação do recolhimento do mandado de prisão, tem-se a expedição de ofício solicitando a sua devolução, constando no documento (ofício) os dados do réu, à Polícia Federal da localidade, à Superintendência Regional da PF, à Polinter e à SEAP (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária). Ao retornar o mandado de prisão, é feito o movimento 15 (devolução de remessa- revogação) no sistema Apolo.

. EXPEDIÇÃO E ENCAMINHAMENTO DO BIC (BOLETIM DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS) (Art. 264 da CNCR):

Conforme informado no questionário pré-correição, bem como de acordo com o informado pelo setor criminal, na ocasião da correição presencial, e em consulta de expedientes no Sistema Apolo, não há processo em tramitação no órgão correicionado com BIC expedido. Ressalto, ainda, que, segundo informação colhida com a servidora responsável pelo Setor Criminal da Vara submetida à correição, o último Boletim de Informação de Cadastro – BIC- expedido ocorreu em 12/01/2011, sob o número 0401.000001-7/2011.

Fonte: Consulta de Expedientes Apolo (tipo 15), extraída em 01/10/2015, posição até 16/10/2015.
--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**. CONTROLE DE INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO PENAL
(art. 248 a 250 da CNCR):**

De acordo com o questionário pré-correição:

“Os controles de incidência da prescrição penal para as Ações Penais e Execuções Penais são feitos conforme disposto no art. 248, § 2º do Provimento T2-PVC-2011/00011 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região:

- 1 - Expedição de certidão de prescrição penal para cada processo;*
- 2 - Anotação na capa dos autos com os prazos e as datas de prescrição;*
- 3 - Afixação, na contracapa dos autos, de cópia da certidão;*
- 4 - Registro de lembrete no sistema eletrônico.”*

Assim, foram analisadas presencialmente, por amostragem, ações penais, cujo detalhamento visa verificar se o Juízo Correicionado realiza e de que forma o controle de prescrição penal, na forma a seguir:

0000937-51.2008.4.02.5104 – lembrete no sistema eletrônico, em 15/12/2011, acerca dos dados sobre prescrição (fls. 1955/1956). Certidão acostada na capa e contracapa dos autos prestando as informações exigidas no artigo 248§ 2º da CNCR.

0001374-97.2005.4.02.5104 - lembrete no sistema eletrônico, em 01/09/2011, acerca dos dados sobre prescrição (fl. 08). Certidão acostada na capa e contracapa dos autos prestando as informações exigidas no artigo 248§ 2º da CNCR.

0001383-64.2002.4.02.5104 - lembrete no sistema eletrônico, em 16/07/2014, acerca dos dados sobre prescrição (fl. 41). Certidão acostada na capa e contracapa dos autos prestando as informações exigidas no artigo 248§ 2º da CNCR.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0000690-41.2006.4.02.5104 - não há no sistema eletrônico de gestão processual (art.248, § 2º, III, da CNCR) lembrete acerca das informações do controle de prazos de prescrição.

Recomendação: fazer o lembrete no sistema Apolo acerca da prescrição no processo acima.

0000445-82.2008.4.02.5161 - lembrete no sistema eletrônico, em 05/04/2013, acerca dos dados sobre prescrição (fl. 112). Certidão acostada na capa e contracapa dos autos prestando as informações exigidas no artigo 248§ 2º da CNCR.

0000509-64.2011.4.02.5104 - lembrete no sistema eletrônico, em 08/10/2012, acerca dos dados sobre prescrição (fls. 12/13). Certidão acostada na capa e contracapa dos autos prestando as informações exigidas no artigo 248§ 2º da CNCR.

0000596-88.2009.4.02.5104- lembrete no sistema eletrônico, em 06/07/2012, acerca dos dados sobre prescrição (fl. 334). Certidão acostada na capa e contracapa dos autos prestando as informações exigidas no artigo 248§ 2º da CNCR.

0001932-69.2005.4.02.5104- lembrete no sistema eletrônico, em 26/04/2012, acerca dos dados sobre prescrição (fls. 182/183). Certidão acostada na capa e contracapa dos autos prestando as informações exigidas no artigo 248§ 2º da CNCR.

0001173-32.2010.4.02.5104- lembrete no sistema eletrônico, em 13/05/2013, acerca dos dados sobre prescrição (fl. 10). Certidão acostada na capa e contracapa dos autos prestando as informações exigidas no artigo 248§ 2º da CNCR.

0001374-97.2005.4.02.5104- lembrete no sistema eletrônico, em 01/09/2011, acerca dos dados sobre prescrição (fl. 08).

0001571-76.2010.4.02.5104- lembrete no sistema eletrônico, em 16/07/2014, acerca dos dados sobre prescrição (fl. 41). Certidão acostada na capa e contracapa dos autos prestando as informações exigidas no artigo 248§ 2º da CNCR.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0001731-62.2014.4.02.5104- lembrete no sistema eletrônico, em 12/02/2015, acerca dos dados sobre prescrição (fl. 27). Certidão acostada na capa e contracapa dos autos prestando as informações exigidas no artigo 248§ 2º da CNCR.

0001897-36.2010.4.02.5104- lembrete no sistema eletrônico, em 07/02/2011, acerca dos dados sobre prescrição (fl. 71). Certidão acostada na capa e contracapa dos autos prestando as informações exigidas no artigo 248§ 2º da CNCR.

0001987-54.2004.4.02.5104- lembrete no sistema eletrônico, em 06/07/2012, acerca dos dados sobre prescrição (fl. 42). Certidão acostada na capa e contracapa dos autos prestando as informações exigidas no artigo 248§ 2º da CNCR.

. CARTA PRECATÓRIA PENAL:

Classe 28001:

Total: 18

Suspensos: 05

Em tramitação: 13

Dos quais foram analisados, por amostragem, presencialmente no juízo correicionado, os seguintes processos:

0001780-06.2014.4.02.5104: Autuado em 23/06/2014. Finalidade: intimação da realização de audiência especial a ser designada. Proposta de suspensão condicional do processo, na forma do artigo 89 da Lei n. 9.099/95, aceita pelo réu, em 19/11/2014 (fls. 49/51). Juntada do Relatório de Prestação de Serviços da apenada, em 02/09/2015. **Necessário, s.m.j. corrigir a classe para 28006.**

0002327-46.2014.4.02.5104: Autuado em 22/09/2014. Finalidade: citação do réu, designação e realização de audiência. Proposta de suspensão condicional do processo, na forma do artigo 89 da Lei n. 9.099/95, aceita pelo réu, em 15/01/2015 (fls. 18/20). **Necessário, s.m.j. corrigir a classe para 28006.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0500228-12.2015.4.02.5104: Autuado em 17/06/2015. Finalidade: citação do réu, designação e realização de audiência. Proposta de suspensão condicional do processo, na forma do artigo 89 da Lei n. 9.099/95, aceita pelo réu, em 03/09/2015 (fls. 27/29). **Necessário, s.m.j. corrigir a classe para 28006.**

0003233-36.2014.4.02.5104: Autuado em 30/04/2014. Finalidade: intimação da sentença condenatória, realização da audiência admonitória e fiscalização do SURSIS. **Despacho à fl. 31 determinando a remessa dos autos a SEDIS-VR para autuação na classe correta – 28005.** Audiência admonitória realizada em 26/03/2015 (fls. 35/37) impondo ao réu o cumprimento das penas substitutivas na forma e condições estipuladas. **Necessário, s.m.j. corrigir a classe para 28005.**

0001369-60.2014.4.02.5104: Autuado em 30/04/2014. Trata-se de Carta de Fiscalização das condições da suspensão condicional, deprecada pelo juiz da 9ª Vara Federal Criminal- SJRJ ao Juiz Federal em Volta Redonda para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições estabelecidas para a suspensão do processo. **Necessário, s.m.j. corrigir a classe para 28006.**

0002098-86.2014.4.02.5104: Autuado em 21/08/2014. Finalidade: designação e realização de audiência. Proposta de suspensão condicional do processo, na forma do artigo 89 da Lei n. 9.099/95, aceita pelo réu, em 03/09/2015 (fls. 27/29). **Necessário, s.m.j. corrigir a classe para 28006.**

0001928-17.2014.4.02.5104: Autuado em 09/07/2014. Finalidade: fiscalização do período de prova da suspensão condicional **da pena. Despacho à fl. 18 determinando a remessa dos autos a SEDIS-VR para autuação na classe correta – 28005.** Cancelada a audiência admonitória designada para o dia 30/10/2015, vez que já realizada no Juízo Deprecante, via de consequência, foi determinada a intimação do réu para comparecer à Secretaria do Juízo, a fim de dar início ao cumprimento das penas impostas. **Necessário, s.m.j. corrigir a classe para 28005.**

0500023-65-65.2015.4.02.5109: Autuado em 02/02/2015. Finalidade: realização de audiência admonitória e fiscalização do sursis. **Despacho à fl. 21**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

determinando a remessa dos autos a SEDIS-VR para autuação na classe correta – 28005. Audiência admonitória realizada em 07/05/2015 (fls. 25/27). Necessário, s.m.j. corrigir a classe para 28005.

Mapas: Movimentação Processual da 1ª Vara Federal de Volta Redonda (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos ao mês de setembro/2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Sistema Apolo. Posição até 16/10/2015.

→ AUDIÊNCIAS (DE agosto/2014 A setembro/2015)
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 102 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de agosto/2014 e a última de setembro/2015.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo

→ PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS
(FÍSICOS/VIRTUAIS)

1. INICIAIS/RECEBIMENTO DA DENÚNCIA
(Artigos 305 a 316 da CNCR)

a. Processos Eletrônicos:

De acordo com o informado pelos servidores da vara correicionada, não há local virtual para as iniciais. Há, em média, entrada de 02 iniciais por dia, as quais são imediatamente analisadas e encaminhadas com minuta de despacho para o magistrado responsável.

b. Processos Físicos:

- Processos cíveis e execução fiscal:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o que foi informado pelos servidores da vara correicionada, não há iniciais de processos físicos pendentes de análise.

- Processos criminais:

De acordo com o que foi informado pela servidora do setor criminal da vara correicionada, não há denúncias de processos físicos criminais pendentes de análise.

De acordo com o questionário pré-correição:

“Nos processos cíveis, incluídas as Ações Civis de natureza pública e as ações de mandado de segurança, o servidor responsável, diariamente e de forma concomitante, analisa os requisitos da petição inicial e afere, se for o caso, a ocorrência dos fatores que caracterizam a possível prevenção.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.12, Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 15/10/2015, às 12:09, e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

2. BALCÃO DE ENTRADA

a. Documentos: 81

b. Sendo o mais antigo de 09/07/2015, referente à petição eletrônica nº 2015.3000.262605-1.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 13/10/2015, às 15:23h.

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Segundo o Questionário pré-correição entregue pelo juízo correicionado:

“Nos processos cíveis, incluídas as Ações Cíveis de natureza pública e as ações de mandado de segurança, o servidor responsável, diariamente e de forma concomitante, analisa os requisitos da petição inicial e afere, se for o caso, a ocorrência dos fatores que caracterizam a possível prevenção. Em caso positivo, é elaborada a certidão e são anexadas as cópias necessárias à comprovação e ao devido encaminhamento do feito ao juízo prevento.

Quanto aos executivos fiscais, na prática, não há o controle de possível prevenção, uma vez que a Fazenda Pública ou demais Entidades de natureza pública, na condição de exequentes, realizam essa aferição antes do ajuizamento do feito.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.12, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/12531, de 24/09/2015.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO (Arts. 227 da CNCR)

Posição em	05/10/2015
Conclusão até	04/10/2015

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	12	16,44
Decisão	38	52,05
Sentença	23	31,51
Total Geral	73	100,00

a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

i. Matéria Cível

00039359420054025104 – Concluso desde 15/05/2015, com minuta no Apolo.
00023045720014025104 - Concluso desde 15/05/2015, com minuta no Apolo.
00013113820064025104 – Concluso desde 06/05/2015, sem minuta no Apolo.
00005970520114025104 - Concluso desde 05/05/2015, com minuta no Apolo.
00013900720124025104 - Concluso desde 03/08/2015, com minuta no Apolo.

b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS:

i. Matéria Cível

00022859420144025104 - Concluso desde 09/04/2015, com minuta no Apolo.
00011672520104025104 - Concluso desde 07/04/2015, com minuta no Apolo.
00000825620104025119 - Concluso desde 10/04/2015, com minuta no Apolo.
00027556720104025104 - Concluso desde 10/04/2015, com minuta no Apolo.
00004472920084025104 - Concluso desde 24/04/2015, com minuta no Apolo.

ii. Matéria Penal

00000052420124025104 – Concluso desde 08/06/2015, com minuta no Apolo.
Data formal de publicação 19/10/2015.
00032662620144025104 - Concluso desde 13/07/2015, com minuta no Apolo.
00036952720134025104 - Concluso desde 28/07/2015, com minuta no Apolo.
05002628420154025104 - Concluso desde 09/07/2015, com minuta no Apolo.
Data formal de publicação 19/10/2015.
05002714620154025104 - Concluso desde 13/07/2015, com minuta no Apolo.

c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS

i. Matéria Cível

00015469220124025104 - Concluso desde 24/03/2015, sem minuta no Apolo.
00036546020134025104 - Concluso desde 07/04/2015, sem minuta no Apolo.
00015941720134025104 - Concluso desde 15/10/2014, com minuta no Apolo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00033766420104025104 - Concluso desde 28/11/2014, com minuta no Apolo.

ii. Matéria Penal

00029571020114025104 - Concluso desde 21/07/2015, com minuta no Apolo.

00004458220084025161 - Concluso desde 06/04/2015, sem minuta no Apolo.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 05/10/2015.
--

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR)

5.1. Parados - Apolo (Outras Classes):

Posição em	05/10/2015
Último Movimento até	04/10/2015

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	115	59,59
Mais de 60	78	40,41
Total Geral	193	100,00

a) ENTRE 31 E 60 DIAS: 115

Por amostragem, foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

00525995320144025101 – Juntada em 28/08/2015. Conclusão apenas em 07/10/2015.

00003176320134025104 – Intimação do despacho por publicação em 28/08/2015. Juntada apenas em 06/10/2015 e nova conclusão em 07/10/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

01340632720134025104 – Aguardando devolução de mandado em 27/08/2015. Juntada em 08/10/2015 e movimentação cartorária na mesma data.

Também foram analisados, presencialmente, no juízo correicionado, os seguintes processos:

00002873320104025104 – Audiência realizada em 26/03/2015. Último movimento: juntada em 12/08/2015.

00030774820144025104 – Distribuída em 06/08/2015. Certificado, em 12/08/2015, que foi autuada e distribuída por dependência a petição requerendo a concessão de mandado de busca e apreensão.

b) HÁ MAIS DE 60 DIAS: 78

Por amostragem, foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

00022746520144025104 – Encaminhado para a PRF para contrarrazões em 15/06/2015 e devolvido em 24/06/2015. Último movimento foi certidão de remessa ao TRF, em 24/06/2015.

00012166120134025104 – Despacho em 29/05/2015, com registro no sistema em 03/06/2015. Mandados expedidos somente em 13/10/2015.

00538466920144025101 - Despacho em 28/05/2015, com registro no sistema em 03/06/2015. Mandados expedidos somente em 13/10/2015.

Também foram analisados, presencialmente no juízo correicionado, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00011768920074025104 – Deferido o pedido de suspensão do feito por 60 dias, em 02/02/2015. Findo o prazo de suspensão, não houve movimento até a presente data.

00034721620094025104 - Trata-se de ação ordinária, onde o último movimento foi o resultado da audiência de 19/05/2015, onde as partes se manifestaram favoravelmente sobre a possibilidade de acordo.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 05/10/2015.**

5.2. Parados – Apolo (Classe Execução Fiscal):

Posição em	05/10/2015
Último Movimento até	04/10/2015

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 121 e 180	0	0,00
Mais de 180	2	100,00
Total Geral	2	100,00

. Há mais de 180 dias: 02

Foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

00014501920084025104 – Concluso para sentença em 07/10/2015, encontra-se com minuta no sistema Apolo.

00017029520034025104 - Concluso para sentença em 07/10/2015, encontra-se com minuta no sistema Apolo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados Execução Fiscal e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 05/10/2015.**

6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)
(Arts. 180 e 318 da CNCR).

Aguardando juntada em outubro/2015, 52 documentos, sendo o mais antigo de janeiro/2015, referente ao processo n.º 0001993-90.2006.4.02.51.04.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 05/10/2015.

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Existem os seguintes locais de controle de prazo:

. Virtuais:

CIV - OUT - AG. PRAZO RPV/PRECATÓRIO: Existe 01 documento, de 04/09/2015.

CIV/OUT - AG. CUMPRIMENTO (OFI, MAN, CTP): Existem 11 documentos, sendo o mais antigo de 09/04/2015.

CIV/OUT - AG. DEPÓSITO DE RPV/PRECATÓRIO: Existem 65 documentos, sendo o mais antigo de 04/06/2014.

CIV/OUT - PRAZO (Ag. decurso de prazo): Existem 144 documentos, sendo o mais antigo de 07/08/2015.

EF - AG. CUMPRIR MANDADOS: Existem 144 documentos, sendo o mais antigo de 07/08/2015.

EF - AG. DEV. CARTA PREC. / OFÍCIOS: Existem 13 documentos, sendo o mais antigo de 12/05/2014.

EF - PRAZO - EMBARGANTE/EMBARGADO: Existem 44 documentos, sendo o mais antigo de 12/05/2014.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

EF - PRAZO – EXECUTADO: Existe 01 documento, de 21/09/2015.

EF - PRAZO - EXEQUENTES (OUTROS): Existem 13 documentos, sendo o mais antigo de 21/07/2014.

EF - PRAZO - FN: Existem 96 documentos, sendo o mais antigo de 02/09/2015.

EF - PRAZO EMBARGOS: Existem 06 documentos, sendo o mais antigo de 17/08/2015.

EF - PRAZO EXEQ./EXEC. (TIT. EXEC. EXTRAJUDICIAL): Existem 04 documentos, sendo o mais antigo de 28/09/2015.

EF - PRAZO PENHORA: Existem 12 documentos, sendo o mais antigo de 27/08/2015.

EF - PRAZO RECURSO: Existem 05 documentos, sendo o mais antigo de 02/08/2015.

MS - ACP - AG. CUMP. MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA: Existem 04 documentos, sendo o mais antigo de 10/06/2015.

MS - ACP - AG. DECURSO PRAZO/CUMPRIMENTO: Existem 11 documentos, sendo o mais antigo de 17/08/2015.

PENAL - AG. CUMPRIMENTO CPC, MCR, OCR: Existem 33 documentos, sendo o mais antigo de 18/11/2010.

. Físicos:

PRAZO CÍVEL: Existem 14 processos.

PENAL PRAZO: Existem 02 processos.

AG RETORNO CP: Existem 03 processos.

AG RESPOSTA OFÍCIO: Existe 01 processo.

MAND. PENAL – AG. CUMPRIMENTO: Existem 06 processos.

MS PRAZO 02: Existem 03 processos.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 15/10/2015.
--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Foram verificados os seguintes locais:

. Virtuais:

CIV/OUT - AG. EXPEDIÇÃO DE RPV / PRECATÓRIO: Existem 05 documentos, sendo o mais antigo de 21/09/2015.

CIV/OUT - ALVARÁS (AG. EXPEDIR / RETIRADA): Existem 04 documentos, sendo o mais antigo de 09/09/2015.

CIV/OUT - CITAÇÃO/INTIMAÇÃO (ag. expedir mandado): Existem 03 documentos, sendo o mais antigo de 21/09/2015.

CIV/OUT - OFICIO (Ag. Expedir): Existem 04 documentos, sendo o mais antigo de 11/09/2015.

EF - AO INTIMACAO EXEQUENTE: Existem 16 documentos, sendo o mais antigo de 24/08/2015.

EF - EXPEDIÇÃO / MANDADOS EXTRAJUD / EMB. EXEC.: : Existem 14 documentos, sendo o mais antigo de 01/09/2015.

EF - EXPEDIÇÃO/CP/EDT/OEF: Existem 09 documentos, sendo o mais antigo de 27/08/2015.

EF - EXPEDIÇÃO/MANDADOS EF: Existem 187 documentos, sendo o mais antigo de 26/08/2015.

. Físicos:

OF. PENAL – AG. EXPEDIR: Existem 04 documentos.

RPV – AG. EXPEDIR: Existem 07 documentos.

ALVARÁ – AG. EXPEDIR: Existe 01 documento.

MANDADO – AG. EXPEDIR: Existem 04 documentos.

OFÍCIOS – AG EXPEDIR: Existe 01 documento.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 15/10/2015.
--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Art. 189 da CNCR)

Posição em	29/09/2015
------------	------------

Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	37
Sistema	8
Documento	23
Total Geral	68

a. Total em 68:

i. Segredo absoluto:

- Dos quais foram analisados, presencialmente no juízo correicionado, os seguintes processos:

Cível

00035131720084025104 - Houve ordem judicial determinando que o feito tramitasse em segredo de justiça (em 26/11/2008), contudo não determinou segredo absoluto.

Penal

00031554220144025104 - Regular a informação no sistema Apolo (sigilo absoluto), bem como a ordem judicial respectiva (em 28/10/2014).

00274863420134025101 - Regular a informação no sistema Apolo (sigilo absoluto), bem como a ordem judicial respectiva (em 07/05/2014).

08030091120134025101 – Trata-se de Pedido de quebra de sigilo de dados, onde, salvo melhor juízo, não há ordem judicial determinando o segredo de justiça.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00030749320144025104 – Trata-se de inquérito policial, distribuído em 06/08/2105, apensado a pedido de busca e apreensão criminal. Salvo melhor juízo, não há ordem judicial determinando o segredo de justiça.

- Por amostragem, também foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

Cíveis:

00011188120104025104 – Salvo melhor juízo, não há ordem judicial determinando o segredo de justiça.

00024346120124025104 - Regular a informação no sistema Apolo (sigilo absoluto), bem como a ordem judicial respectiva (em 14/01/2013).

00025056320124025104 – Houve ordem judicial determinando que o feito tramitasse em segredo de justiça (em 11/12/2012), contudo não determinou segredo absoluto.

00019654420144025104 - Houve ordem judicial determinando que o feito tramitasse em segredo de justiça (em 29/07/2014), contudo não determinou segredo absoluto.

00442683920154025104 - Regular a informação no sistema Apolo (sigilo absoluto), bem como a ordem judicial respectiva (em 12/05/2015).

ii. Segredo do Sistema:

- Dos quais foram analisados, presencialmente no juízo correicionado, os seguintes processos:

Cível:

00022363920034025104 - Salvo melhor juízo, não há ordem judicial determinando o segredo de justiça.

Penal:

00000271420144025104 – Processo encontra-se remetido para MPF desde 13/04/2015, o que inviabilizou sua análise.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- Por amostragem, também foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

Cível:

00013799520004025104 - Salvo melhor juízo, não há ordem judicial determinando o segredo de justiça.

00017029520034025104 - Regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 19/05/2004).

00009912220054025104 - Regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 03/05/2007).

00029549420074025104 - Regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 31/01/2008).

00017002820034025104 - Regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 17/05/2004).

iii. Segredo de Peças:

- Dos quais foram analisados, presencialmente no juízo correicionado, os seguintes processos:

Cível:

00023879720064025104 - Salvo melhor juízo, não há ordem judicial determinando o segredo de justiça.

00004487720094025104 - Salvo melhor juízo, não há ordem judicial determinando o segredo de justiça.

00012369120094025104 - Regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 29/07/2009).

00023246720094025104 - Salvo melhor juízo, não há ordem judicial determinando o segredo de justiça.

00013197320104025104 – Remetidos para a PFN para vista em 09/10/2015.

- Por amostragem, também foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Cível:

00361483719974025104 - Regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 06/02/2012).

00022346920034025104 - Regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 16/04/2010).

00038893720074025104 - Regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 28/09/2012).

00027380220084025104 - Regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 29/07/2009).

00001643520104025104 - Regular a informação no sistema Apolo, bem como a ordem judicial respectiva (em 30/05/2011).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 05/10/2015.**

10.PUBLICAÇÕES

(Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	10/2014 a 09/2015
	Processos	3.820
	Boletins	168
	Média (Proc. / Bol.)	22,74
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	5,10

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 05/10/15.

11.PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam 294 processos com prazo vencido, sendo os mais antigos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0050646-75.1996.4.02.5104	RÉU	03/07/1996	08/07/1996	7029
0051994-31.1996.4.02.5104	AUTOR	01/11/1996	15/11/1996	6899
0061497-76.1996.4.02.5104	AUTOR	01/11/1996	15/11/1996	6899
0053319-41.1996.4.02.5104	AUTOR	30/09/1996	20/11/1996	6894
0053407-79.1996.4.02.5104	AUTOR	23/09/1996	20/11/1996	6894

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 05/10/2015, vencidos e não devolvidos até 05/10/2015, e consultas ao Apolo, posição até 05/10/2015.

➔ SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS
(Artigos 267 a 269 da CNCR)

1. Número total de processos suspensos (em 06/10/2015):

Cíveis: 515

Criminais: 50

Execução Fiscal: 2.018

2. Análises dos processos:

Por amostragem, de acordo com o mapa extraído do Apolo-Excel, em 06/10/2015, verificou-se que nem todas as informações sobre o motivo da suspensão no sistema Apolo são lançadas corretamente, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria- Regional, Provimento n.º 11/2011). Ademais, existem processos cujo prazo de suspensão já se encerrou e, mesmo assim, permanecem suspensos, com base nas respectivas decisões fundamentadas, nos processos a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CÍVEL:

a) Aguarda decisão de instância superior: 122

00320674519974025104 - Determinada a suspensão do feito em 09/09/2010. Aguardando decisão em agravo de instrumento. O processo foi baixado definitivamente e remetido para a 01ª VF/Volta Redonda em 12/11/2010, conforme consulta processual. Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.

00037894820084025104 - Determinada a suspensão do feito em 16/06/2011. Aguardando decisão do STJ. Os autos foram encaminhados à Assessoria de Recursos do TRF2, em 17/10/2014. Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.

00003355520114025104 - Determinada a suspensão do feito em 31/08/2011, até prolação de sentença nos autos principais. Processo principal retornou do TRF e foi determinada sua baixa e arquivamento em 02/07/2015. Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.

00008477720074025104 - Determinada a suspensão do feito em 13/03/2012. Aguardando decisão do STJ. Processo baixado ao TRF em 14/12/2012 e, posteriormente baixado à 1ª VF/ Volta Redonda em 05/05/2015. Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.

00035158920054025104 - Determinada a suspensão do feito em 24/08/2012. Aguardando decisão do STJ.

b) Cumprimento Precatório/RPV: 108

00030860620044025154 - Determinada a suspensão do feito em 05/02/2014.

00037886320084025104 – Salvo melhor juízo, não há decisão determinando a suspensão do feito.

00029712820104025104 - Determinada a suspensão do feito em 13/02/2015.

00036191320074025104 - Determinada a suspensão do feito em 08/09/2014.

00043449420104025104 - Salvo melhor juízo, não há decisão determinando a suspensão do feito.

c) Embargos à Execução: 39

00009067520014025104 - Salvo melhor juízo, não há decisão determinando a suspensão do feito.

00004703320124025104 - Determinada a suspensão do feito em 27/02/2014.

00000575420114025104 - Determinada a suspensão do feito em 26/02/2014.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00026375720114025104 - Determinada a suspensão do feito em 16/07/2015.

00694976519964025104 - Determinada a suspensão do feito em 12/02/2008.

d) Outras suspensões – Processo/fase de conhecimento: 72

00020133720134025104 - Determinada a suspensão do feito em 30/04/2014. Salvo melhor juízo, foi equivocadamente cadastrada como “outras suspensões – processos de conhecimento”, ao invés do motivo específico “Repercussão Geral”.

00001383220134025104 - Determinada a suspensão do feito em 22/06/2015, por 180 dias.

00001980520134025104 - Determinada a suspensão do feito em 22/06/2015, por 180 dias.

00015704320004025104 - Determinada a suspensão do feito em 20/09/2000, até decisão na exceção de competência.

00104894920084025101 - Determinada a suspensão do feito em 29/01/2014, até decisão acerca da garantia ofertada na cautelar em apenso.

e) Outras suspensões – fase /processo de execução: 112

00033538920084025104 - Determinada a suspensão do feito em 26/11/2008, até efetiva constrição judicial.

00007016520094025104 – Aguardando designação de leilão desde 14/10/2010.

00014990720014025104 - Determinada a suspensão do feito em 13/05/2011, nos moldes do art. 12 da Lei nº 1.060/50.

00228705520094025101 - Determinada a suspensão do feito em 06/09/2011, até a ocorrência da prescrição intercorrente.

00035131720084025104 - Determinada a suspensão do feito em 27/11/2014, pelo prazo de um ano.

f) Parcelamento: 16

00292604120094025101 - Determinada a suspensão do feito em 14/09/2010, pelo prazo de 22 meses. Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.

00159749320094025101 - Determinada a suspensão do feito em 12/11/2010, pelo prazo de 12 meses. Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

05265283020094025101 - Determinada a suspensão do feito em 18/05/2011, pelo prazo de 07 meses. Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.

05272852420094025101 – Inicialmente, foi suspenso o feito por 180 dias, diante do parcelamento. Após, diante da ausência de manifestação, determinado o arquivamento dos autos, nos termos do § 4º do art. 40 da LEF, pela decisão de 16/09/2011.

05272437220094025101 - Determinada a suspensão do feito em 13/09/2013, nos termos do art. 792 do CPC.

g) Repercussão Geral: 35

00010276420054025104 - Determinada a suspensão do feito em 16/06/2011.

00020244220084025104 - Determinada a suspensão do feito em 22/11/2011.

00026607120094025104 - Determinada a suspensão do feito em 06/02/2012.

00007564520114025104 - Determinada a suspensão do feito em 01/08/2014.

00001054720104025104 - Determinada a suspensão do feito em 12/12/2014.

EXECUÇÃO FISCAL:

a) Aguarda decisão de instância superior: 35

00008592320094025104 – Determinada a suspensão do feito em 25/07/2014. Aguardando decisão final em agravo de instrumento.

00020512020114025104 – Determinada a suspensão do feito em 06/08/2014. Aguardando decisão em agravo de instrumento, o qual foi baixado definitivamente e remetido para a 01ª VF/Volta Redonda em 29/06/2015, conforme consulta processual. Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.

00023745920104025104 – Já houve decisão do TRF, em 22/09/2015, julgando improcedente o conflito. Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.

00034372220104025104 - Já houve decisão do STJ, em 03/06/2013, negando provimento ao agravo regimental. Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.

01110941820134025104 - Determinada a suspensão do feito em 08/11/2014. Aguardando decisão final em agravo de instrumento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

b) Art. 20 da Lei n.º 10.522/02: 108

00006115220124025104 - Determinada a suspensão do feito em 05/09/2013.
00013271620114025104 - Determinada a suspensão do feito em 28/09/2013.
00014115120104025104 - Determinada a suspensão do feito em 08/09/2013.
00018546520114025104 - Determinada a suspensão do feito em 08/09/2013.
00027085920114025104 - Determinada a suspensão do feito em 28/01/2013.

c) Art. 40, § 2º, da LEF (arquivamento sem baixa): 328

00018673020124025104 - Determinada a suspensão do feito em 13/12/2012.
00019198920134025104 - Determinada a suspensão do feito em 29/07/2014.
00019516520114025104 - Determinada a suspensão do feito em 01/04/2014.
00020206320124025104 - Determinada a suspensão do feito em 24/10/2013.
00021031620114025104 - Determinada a suspensão do feito em 16/12/2013.

d) Art. 40, *caput*, da LEF: 540

00020390620114025104 - Determinada a suspensão do feito em 16/12/2013, ou seja, há mais de um ano. Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.
00021222220114025104 - Determinada a suspensão do feito em 24/10/2013, ou seja, há mais de um ano. Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.
00021272020064025104 - Determinada a suspensão do feito em 15/10/2009. A suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Art. 40, *caput*, da LEF”, ao invés do motivo específico “§4º do art. 40 da LEF”.
00021453120124025104 - Determinada a suspensão do feito em 07/10/2015, nos termos do §4º do art. 40 da LEF. A suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Art. 40, *caput*, da LEF”, ao invés do motivo específico “§4º do art. 40 da LEF”.
00021568920144025104 - Determinada a suspensão do feito em 05/09/2014, ou seja, há mais de um ano. Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

e) Embargos à execução: 71

00031311420144025104 – Não há, salvo melhor juízo, determinação para a suspensão do feito nos autos principais, apenas nos embargos em apenso.

01356282620134025104 - Não há, salvo melhor juízo, determinação para a suspensão do feito nos autos principais, apenas nos embargos em apenso.

05000324220154025104 – Certidão em 20/03/2015, informando que houve decisão nos embargos à execução, determinando a suspensão dos autos principais.

00007388720124025104 – Determinada a suspensão do feito até o julgamento dos embargos, em 12/07/2012.

00007520820114025104 - Determinada a suspensão do feito até o julgamento dos embargos, em 03/05/2012.

f) Outras – processos de execução: 136

00024395920074025104 – Determinada a suspensão do feito, em 17/03/2013, até decisão final a ser proferida nos autos de Falência n. 2003.066.031737-6, em trâmite na 4ª Vara Cível desta Comarca.

00027995720084025104 - Suspenso o andamento da execução, em 23/10/2009. A suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Outras – processos de execução”, ao invés do motivo específico “art. 20 da Lei 10.522/02”.

00040305620074025104 - Suspenso o andamento da execução, nos termos do §4º do art. 40 da LEF, em 03/03/2009, ou seja, há mais de 05 anos. A suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Outras – processos de execução”, ao invés do motivo específico “§4º do art. 40 da LEF”. Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.

00569855019964025104 – Salvo melhor juízo, não há determinação para suspensão do feito.

04016515819994025104 – Determinada a suspensão do feito em 14/10/2002, até a ocorrência da prescrição intercorrente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

g) Outros – fase/processo execução: 140

01174786020144025104 – Certidão de 16/07/2014, informando a suspensão do feito, conforme decisão proferida nos embargos à execução em apenso. A suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Outras – fase/processo de execução”, ao invés do motivo específico “Embargos à execução”.

05003468520154025104 – Determinada a suspensão do processo em 10/08/2015, diante da oposição de embargos à execução. A suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Outras – fase/processo de execução”, ao invés do motivo específico “Embargos à execução”.

04031793019994025104 - Deferido o arquivamento sem baixa na distribuição, com base no art. 1º, inc. II c/c art. 2º, ambos da PORTARIA MF nº 75, de 22 de março de 2012 (alterada pela Portaria MF nº 130 de 19/04/2012), em 18/06/2012.

00004300320024025104 – Determinada a suspensão do feito em 08/04/2014, até a manifestação da parte interessada ou até a ocorrência da prescrição intercorrente.

00007819220104025104 - Suspenso o andamento da execução, em 15/05/2014. A suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Outras – fase/processo de execução”, ao invés do motivo específico “§4º do art. 40 da LEF”.

h) Parcelamento: 573

00000811420134025104 – Determinada a suspensão do feito em 04/05/2015, diante do parcelamento.

00001737520024025104 - Suspenso o andamento da execução, desde 20/02/2004. A suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Parcelamento”, ao invés do motivo específico “§4º do art. 40 da LEF”.

00001864020034025104 - Determinada a suspensão do feito em 13/10/2014, diante do parcelamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00002261720064025104 - Determinada a suspensão do feito em 05/06/2014, diante do parcelamento.

00003405320064025104 - Suspenso o andamento da execução, desde 21/03/2007. A suspensão foi equivocadamente cadastrada como “Parcelamento”, ao invés do motivo específico “§4º do art. 40 da LEF”.

i) Suspenso – art. 40 Lei 6.830: 23

00008458320024025104 – Determinada a suspensão pela decisão de 07/11/2003.

00017066920024025104 – Determinada a suspensão nos termos do § 4º do art. 40 da LEF, em 06/07/2006.

00319721519974025104 - Determinada a suspensão nos termos do § 4º do art. 40 da LEF, em 30/01/2007.

04016541319994025104 - Determinada a suspensão nos termos do art. 40 da Lei nº 6.830, em 16/05/2005.

05051266419984025104 - Determinada a suspensão nos termos do art. 40, §§ 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.830, em 03/10/2003.

j) Suspenso – aguardando julgamento de recurso: 01

04028537019994025104 – Determinada a suspensão até julgamento do agravo em 09/03/2009.

k) Vazias: 09

04018931719994025104 – Determinada a suspensão em 29/05/2007, nos termos do art. 40 da Lei 6.830/80.

04015623519994025104 - Determinada a suspensão em 15/08/2005, nos termos do art. 40 da Lei 6.830/80.

05054029519984025104 - Determinada a suspensão em 23/08/2005, nos termos do art. 40 da Lei 6.830/80.

00360999319974025104 – Determinada a suspensão por 180 dias em 22/08/2005. Atualmente encontra-se suspenso, mas sem determinação para tal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CRIMINAL:

a) Aguarda decisão de instância superior: 02

00024827420064025154 – Determinada a suspensão do feito em 19/08/2014. Aguardando decisão do STJ.
00009375120084025104 - Determinada a suspensão do feito em 27/01/2015. Aguardando decisão do STJ.

b) Art. 366 do CPP: 09

00023197920084025104 - Determinada a suspensão do feito em 19/05/2010.
00015717620104025104 - Determinada a suspensão do feito em 12/01/2012.
00008084120114025104 - Determinada a suspensão do feito em 25/09/2012.
00036745120134025104 - Determinada a suspensão do feito em 20/09/2013.
00013749720054025104 - Determinada a suspensão do feito em 29/04/2015.

c) Art. 89, Lei 9.099/95: 33

00030917120104025104 - Determinada a suspensão do feito em 14/03/2013, mas já decorrido o prazo de 02 anos. Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.
00022776420074025104 - Determinada a suspensão do feito em 12/02/2008, mas já decorrido o prazo de 04 anos. Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.
05000272020154025104 – Realizada audiência em São José dos Campos/SP, na data de 22/04/2015, onde foi aceito a proposta de suspensão pelo prazo de 02 anos.
00022937120144025104 – Devolução da carta precatória em 14/09/2015, informando que não foram cumpridas as horas de prestação de serviço à comunidade. MPF requer a intimação do réu, em 09/10/2015. Não mais subsiste, portanto, salvo melhor juízo, motivo para a referida suspensão.
00022942720124025104 - Determinada a suspensão do feito em 18/06/2015, pelo prazo de 02 anos.

d) Outros processos criminais: 01

00038320920134025104 – Determinada a suspensão do feito em 14/10/2013, diante do incidente de insanidade mental autuado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

e) Parcelamento: 01

00035671720074025104 - Determinada a suspensão do feito em 19/05/2011, diante do parcelamento do débito.

f) Vazias: 01

00005968820094025104 - Determinada a suspensão do feito em 27/03/2009, nos termos do art. 366 do CPP. A suspensão não foi cadastrada.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 06/10/2015.**

➔ **SENTENÇAS**
(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 1.559

1. FINAL PAR: 737

- a. Convertidas em diligência: 40
- b. Embargos de declaração: 34
- c. Extinção da punibilidade:
 - i. Morte do agente: 01
 - ii. Prescrição pela pena em abstrato: 01
 - iii. Prescrição pela pena em concreto: 03
- d. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação: 02
 - ii. Condenatória: 02
 - iii. Extinção da execução: 148
 - iv. Extinção da execução penal (cumprimento da pena): 01
 - v. Improcedente: 68
 - vi. Improcedente – dispensada citação: 04
 - vii. Procedente: 61
 - viii. Procedente em parte: 52
 - ix. Reconhecida prescrição/decadência: 34



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- x. Reconhecimento da procedência do pedido: 01
- xi. Procedente com tutela deferida: 08
- xii. Procedente em parte com tutela deferida: 02
- e. Sem resolução de mérito: 150
 - i. Cancelamento da dívida ativa: 06
 - ii. Desistência da ação: 10
 - iii. Indeferimento da petição inicial: 40
- f. **Vazias: 57**

2. FINAL ÍMPAR: 822

- a. Convertidas em diligência: 59
- b. De expediente: 02
- c. Embargos de declaração: 26
- d. Extinção da punibilidade
 - i. Morte do agente: 02
 - ii. Perdão: 01
 - iii. Prescrição pela pena em abstrato: 01
 - iv. Prescrição pretensão executória: 01
 - v. Transação/cumprimento das condições: 06
- e. Interlocutória: 01
- f. Resolução de mérito:
 - i. Absolutória: 03
 - ii. Conciliação/transação: 03
 - iii. Conciliação/transação parcial: 01
 - iv. Condenatória: 02
 - v. Extinção da execução: 171
 - vi. Extinção da execução penal (cumprimento da pena): 01
 - vii. Improcedente: 67
 - viii. Improcedente – dispensada citação: 01
 - ix. Procedente: 60
 - x. Procedente em parte: 63
 - xi. Reconhecida prescrição/decadência: 27
 - xii. Reconhecimento da procedência do pedido: 01
 - xiii. Procedente com tutela deferida: 04
 - xiv. Procedente em parte com tutela deferida: 05
 - xv. Procedente em parte com tutela deferida parcialmente: 01
- g. Sem resolução de mérito: 170



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- i. Cancelamento da dívida ativa: 05
- ii. Desistência da ação: 04
- iii. Indeferimento da inicial: 54

h. **Vazias: 80**

➔ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA
(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação à classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

0002028-40.2012.4.02.5104 (aposentadoria por invalidez)
0001557-87.2013.4.02.5104 (aposentadoria por tempo de serviço em condições especiais)
0001173-95.2011.4.02.5104 (usucapião com garantia hipotecária)
0000617-88.2014.4.02.5104 (cautelar de exibição de documentos – Laudo técnico das condições do Ambiente de trabalho)
0000116-37.2014.4.02.5104 (embargos à execução, questionando aplicação do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/09)

2. Sentenças tipo B-1 (homologatórias de acordo):

0001565-30.2014.4.02.5104
0002060-16.2010.4.02.5104
0000244-57.2014.4.02.5104 – No corpo da sentença está B2.
0001837-24.2014.4.02.5104
0002277-30.2008.4.02.5104



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

3. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

0013089-87.2015.4.02.5104 Trata-s de sentença de extinção. Está C no corpo da sentença.

0002015-70.2014.4.02.5104

0000791-05.2011.4.02.5104

0031961-38.2010.4.02.5101

0002114-40.2014.4.02.5104

4. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

0061758-54.2013.4.02.5101 – No corpo da sentença está B2. Trata-se de extinção por ilegitimidade.

0000120-74.2014.4.02.5104

0001149-96.2013.4.02.5104

0000122-83.2010.4.02.5104

0147610-37.2013.4.02.5104

5. Sentenças tipo D-1 (condenatórias):

0000203-95.2011.4.02.5104

0000509-64.2011.4.02.5104

0000707-38.2010.4.02.5104

0001406-29.2010.4.02.5104 – No corpo da sentença consta apenas sentença D.

0003567-07.2013.4.02.5104

6. Sentenças tipo D-2 (absolutória):

0002031-24.2014.4.02.5104

0003447-71.2007.4.02.5104 – No corpo da sentença consta apenas sentença D.

0003507-34.2013.4.02.5104 – No corpo da sentença consta apenas sentença D.

0002191-30.2006.4.02.5104

0003439-60.2008.4.02.5104 – No corpo da sentença consta apenas sentença D.

Sentença que extinguiu a pretensão punitiva, diante do advento da prescrição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

7. Sentenças tipo E-1 (extintivas de punibilidade - art. 107, CP):

0003014-62.2010.4.02.5104
0002945-30.2010.4.02.5104
0003649-04.2014.4.02.5104
0001205-03.2011.4.02.5104
0003608-71.2013.4.02.5104

8. Sentenças tipo E-2 (suspensão condicional da pena - Sursis, art. 696, CPP):

0001969-86.2011.4.02.5104 – No corpo da sentença consta apenas sentença E.
0003638-09.2013.4.02.5104 – No corpo da sentença consta sentença E1.
Sentença que extinguiu a pretensão punitiva, diante do cumprimento das condições impostas.
0490264-14.2009.4.02.5101 - No corpo da sentença consta apenas sentença E.
Sentença que extinguiu a pretensão punitiva, diante do cumprimento das condições impostas.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 01/10/2015.

➔ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):

Segundo relatado no questionário pré-correição:

“Tão logo cheguem ao Gabinete, os processos com prioridade legal, bem como aqueles incluídos nas Metas do CNJ, os mesmos são encaminhados ao servidor que trabalha com a respectiva matéria, para que sejam analisados e, por fim, preparada a minuta de sentença ou de decisão, conforme o caso.”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

Segundo relatado no questionário pré-correição:

“Os processos são organizados em escaninhos por matéria.

Os processos relativos às matérias padronizadas, os que têm prioridade legal e os incluídos nas Metas não chegam a ir para os escaninhos, vão direto para a mesa do servidor que vai analisar e passar para a mesa do Juiz.

O controle de prazo dos processos que são minutados para sentença apenas pelo critério de data de conclusão é realizado por meio de buscas, por antiguidade, nos escaninhos, seguindo a lista de conclusos extraída do sistema Apolo.

Os processos de matéria penal são localizados no gabinete do respectivo Juiz. Nestes processos o primeiro critério a ser observado é a data de prescrição e não a data da conclusão.”

Fonte: Questionário pré-correição.

➔ EXECUÇÃO (art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

		Execução de sentença	Trâmite
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Não Informada	274
		Natureza Executória	99
	Total		373

Fonte: portal de estatísticas da 2ª Região – acervo SJRJ.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (de 1º de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2015):
(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Físicos: 104
- b. Eletrônicos: 216
- c. Total de requisições: 320
- d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 588 dias.

- RPV's:

- .Cadastrados: 15
- .Conferidos: 15
- .Enviados: 174

- Precatórios (Parcela única):

- .Cadastrados: 06
- .Conferidos: 31
- .Enviados: 79

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em **/**/**.

➔ GRANDES DÉBITOS
(Arts. 272 e 273 da CNCR)

O órgão correicionado informou que as execuções fiscais de grandes devedores, físicos e virtuais, possuem identificador próprio e escaninho específico para melhor visualização e movimentação prioritária.

Fonte: questionário pré-correição (item 3.4.2, d).

➔ PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD
(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)

O órgão correicionado informou que a penhora *on-line*, realizada pelo sistema BACENJUD, se dá através da confecção da minuta de bloqueio, conforme decisão proferida nos autos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

É efetuada consulta ao sistema e, conforme o caso, adotam-se as seguintes medidas:

- a) não havendo valor bloqueado, é impressa a resposta dada pelo sistema, a qual é juntada aos autos do processo;
- b) havendo valor bloqueado e sendo a quantia irrisória (R\$ 10,00), é elaborada a minuta para o desbloqueio;
- c) havendo bloqueio de valor integral ou sendo significativa a quantia bloqueada, é elaborada a minuta de transferência do respectivo valor para uma conta na Caixa Econômica Federal.

Entre novembro de 2014 e julho de 2015, houve 249 bloqueios comandados.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e).

➔ **LEILÕES**

(Arts. 270 A 290 da CNCR)

Não foram realizados leilões no período.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).

➔ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**

(Artigos 356 a 358 da CNCR)

Total: há 26 itens constritos.

Foram analisados os seguintes processos:

-0000496-65.2011.4.02.5104

.sistema Apolo - foram efetuados 08 registros, correspondentes a 11 bens, todavia, foram penhorados 04 bens móveis (veículos automotores).

.andamento processual - auto de penhora e depósito às fls. 61/64, (cada um dos veículos foi avaliado em R\$ 140.000,00, totalizando R\$ 560.000,00) - bens permanecem no endereço residencial do depositário (Rua Antônio Graciano Rocha, nº 1.100, Vila Maria, Barra Mansa, RJ) - em agosto de 2012, a União



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

requereu designação de leilão (fl. 82) - designados leilões para março de 2016 (fls. 86/87).

-0000725-06.2003.4.02.5104

.sistema Apolo - campo 'Exequerente' preenchido com "*IDALINA MARIA VIDAL DE SIQUEIRA*" (é uma das executadas, além de Assis Alves Carneiro e Carumbe Alimentos de Volta Redonda Ltda., conforme fls. 38 e 113) - o exequerente é a União - campo 'Local' não preenchido (Rua Quatro, nº 45, apto. 102, Jardim Primavera, Volta Redonda) - campo 'Data da Penhora' preenchido com 11/05/2013 (a data correta é 11/3/2013, conforme fl. 122).

.andamento processual - auto de penhora, depósito e avaliação à fl. 122 - em julho de 2013, a União requereu designação de leilão (fl. 130) - designados leilões para março de 2016 (fls. 132/133).

-0000830-65.2012.4.02.5104

.sistema Apolo - campo 'Exequerente' não preenchido (União).

.andamento processual - auto de penhora, avaliação e depósito à fl. 488 - em setembro de 2015, foi determinada a expedição de mandado de penhora a recair sobre o imóvel indicado às fls. 465, tendo em vista o valor do veículo penhorado ser insuficiente para suprir o valor da execução (fl. 489).

-0001861-28.2009.4.02.5104

.sistema Apolo - campo 'Tipo do Bem' não preenchido (bem móvel - veículo automotor, conforme fl. 31) - campo 'Local' não preenchido (Rua Deputado José Leite Nardes, nº 132, Vila Ursino, Barra Mansa, RJ).

.andamento processual - auto de penhora, depósito e avaliação à fl. 31 - em dezembro de 2011, a União requereu designação de leilão (fls. 35/36) - designado leilão para março de 2016 (fls. 132/133) - em outubro de 2012, a União requereu reforço da penhora, indicando bem imóvel em nome do executado (fls. 38/41) - designados leilões para março de 2013 (fl. 43) - atas de leilões negativos (fls. 54/55).

-0001914-33.2014.4.02.5104

.sistema Apolo - campo 'Exequerente' preenchido com "*HOSPITAL EVANGÉLICO REGIONAL LTDA.*" (o exequerente é Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS).

.andamento processual - auto de penhora, depósito e avaliação à fl. 16 - falência do executado notificada às fls. 22/23 - em maio de 2015, a ANS requereu penhora no rosto dos autos da ação falimentar nº 0009456-48.2012.8.19.0066,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

em trâmite na 1º Vara Cível de Volta Redonda - o Juízo deferiu o requerido em maio de 2015 (fl. 27).

-0002368-91.2006.4.02.5104

.sistema Apolo - campo 'Exequente' não preenchido (União) - campo 'Mandado' não preenchido (mandado de penhora, avaliação e registro nº 0401.000801-0/2006) - mandado de reavaliação nº 0401.000622-1/2012 - declínio de competência para a Justiça Estadual de Barra Mansa em fevereiro de 2014 (fls. 193/194).

-0002651-41.2011.4.02.5104

.sistema Apolo - foram efetuados 04 registros, correspondentes a 13 bens, todavia, foram penhorados 04 bens móveis (veículos automotores) - campo 'Tipo do Bem' não preenchido - campo 'Local' não preenchido (Avenida Homero Leite, nº 109 a 111, Saudade, Barra Mansa (RJ).

.andamento processual - auto de penhora e demais atos à fl. 57 - declínio de competência para a Justiça Estadual de Barra Mansa em fevereiro de 2014 (fls. 74/75).

-0002662-22.2001.4.02.5104

.sistema Apolo – campo ‘Executado’ preenchido com “*FAZENDA NACIONAL*” e campo ‘Exequente’ preenchido com “*LUB-LAMA LUBRIFICANTES LTDA.*” (partes do processo - embargante: Lub-Lama e embargada: União) – campo ‘Local’ não preenchido (endereço da embargante: Av. Homero Leite, nº 109/111, Saudade, Barra Mansa (RJ), conforme fl. 10) – campo ‘Valor do Bem’ preenchido com R\$ 9.835,02 (valor total dos bens na reavaliação: R\$ 10.298,00, a teor da fl. 05).

.andamento processual – auto de reavaliação à fl. 05 – leilões designados para março de 2013 (fl. 06) – ata de leilão negativo à fl. 08 – expedido o mandado nº 0401.000564-7/2015 para nova reavaliação (fl. 09) – certidão lavrada em 16 de maio de 2015, informando que a reavaliação não foi efetuada, pois os bens não mais se encontravam em poder do executado/depositário (fl. 11) – em agosto de 2015, a União requereu a expedição de mandado de penhora e avaliação de veículos em nome da executada, informando, também, o valor atualizado da dívida (fls. 173/178) – registrado no sistema Apolo o movimento descrito como ‘Conclusão para Decisão – de Expediente’ em 18 de setembro de 2015.

-0002674-84.2011.4.02.5104

.sistema Apolo – foram efetuados 03 registros, correspondentes a 03 bens, todavia, foram penhorados 02 bens móveis (veículos automotores) – campos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

‘Exequente’ e ‘Executado’ preenchidos com “*JOSÉ ROBERTO DO AMARAL*” (partes do processo – exequente: União, executado: José Roberto do Amaral) – campos ‘Tipo do Bem’, ‘Quantidade’ e ‘Valor do Bem’ ora preenchidos, ora não.

.andamento processual – auto de penhora e depósito à fl. 24 – leilões designados para março de 2016 (fl. 38).

-0002844-56.2011.4.02.5104

.sistema Apolo: campo ‘Local’ não preenchido (Rua Sessenta, nº 2.23, Jardim Esperança, Volta Redonda) – não há registro sobre o levantamento da penhora efetuado em 14 de maio de 2015.

.andamento processual – auto de penhora, depósito e avaliação à fl. 15 – leilões designados para março de 2013 (fl. 21) – executado requereu desmarcação do leilão e informou parcelamento da dívida (fls. 27/28) – a União confirmou a existência do parcelamento (fl. 34) – determinada a retirada dos bens do leilão (fl. 40) – a União informou a rescisão do parcelamento e que a dívida não foi totalmente quitada (fl. 50) – a União noticiou o pagamento integral do débito e requereu a extinção da execução (fl. 65) – sentença extinguindo a execução e determinando o levantamento da penhora (fl. 67) – impressão de tela do RENAJUD, comprovando a retirada da constrição judicial (fl. 71).

-0002868-21.2010.4.02.5104

.sistema Apolo – campo ‘Quantidade’ não preenchido – campo ‘Mandado’ preenchido com “*MEF.0401.000624-2/2011*” (o correto é MEF.0401.000387-0/2011).

.andamento processual – auto de penhora, depósito e avaliação à fl. 102 – lista de bens constritos às fls. 102/103 – leilões designados para março de 2013 (fl. 112) – ata de leilões negativos (fls. 115 e 129) – a União informou o parcelamento do débito e requereu a suspensão do feito fl. 149.

-0502958-89.1998.4.02.5104

.sistema Apolo – campo ‘Tipo do Bem’ preenchido com “Apartamento” (correto é ‘imóvel’ - 07 salas comerciais no Shopping Pontual, sendo as unidades nº 425, 426, 427, 428, 429, 430 e 431).

.andamento processual – carta de arrematação à fl. 784 – ofício do Serviço Notarial e Registral do Primeiro Ofício de Volta Redonda, comprovando o levantamento das penhoras à fl. 787.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Observa-se que o sistema Apolo não foi abastecido com todos os dados necessários quando do registro das constrições, o que gera diversos campos em branco quanto da extração do relatório 'consulta de bens penhorados'. Nessa linha, cabe ressaltar a necessidade do correto preenchimento dos campos do sistema Apolo, de acordo com as peças dos autos.

Os registros também não sofreram atualização progressiva, conforme recomenda o artigo 357, parágrafo único, da CNCR; por exemplo, nos casos em que houve declínio de competência para a Justiça Estadual.

Fonte: questionário pré-correição, item 3.4.2.g. Sistema Apolo – módulo secretaria – consultas - bens penhorados.

→ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005, e arts. 242 a 247 da CNCR):

Os bens apreendidos/acautelados encontram-se em armário de aço, na sala de audiências, cuja chave fica em poder do Diretor de Secretaria. Além dos envelopes contendo o material apreendido/acautelado, há documentos, apensos a processos e autos processuais de acesso restrito.

O órgão correicionado conta com cofre, vazio no período da correição. Localiza-se próximo à mesa ocupada pelo Diretor de Secretaria, que detém a chave.

Foram verificados, por amostragem, os seguintes envelopes, cujo material em seu interior correspondia ao material apreendido/acautelado que consta do relatório extraído do sistema Apolo:

-00007304720114025104

Envelope timbrado (MPF - Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro), lacrado, enviado à Vara pelo Setor de Distribuição de Volta Redonda, em 04 de abril de 2011.

-00009313920114025104

Petição da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, apresentando a via original do adiamento à carta de fiança bancária nº 180412611, emitida em 09 de agosto de 2013, pelo banco Santander, alterando o valor da garantia para R\$ 30.336.049,45, acompanhada de instrumento de procuração do banco Santander.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

-00015096520124025104

01 (uma) planta do imóvel denominado Fazenda São José dos Pinheiros, enviada à Vara pelo Setor de Distribuição de Volta Redonda, em 26 de novembro de 2013, face à impossibilidade de digitalização do documento.

-00032593920114025104

02 (duas) carteiras de trabalho em nome de Rafael Pedro Botelho, emitidas em 10 de fevereiro de 1969 (nº 18302 série 237) e em 25 de outubro de 1979 (nº 12344 série 004).

-05005408520154025104

Certificado de naturalização emitido pelo Ministério da Justiça, em nome de Maha Arnouk, conforme o processo administrativo de naturalização nº 08070.007631/2013-61, enviado à Vara pelo Setor de Distribuição de Volta Redonda, em 1º de outubro de 2015.

Foram encontrados, também, 02 (dois) envelopes com material apreendido/acautelado, mas que não constam do relatório extraído do sistema Apolo:

-00030438820054025104

.execução fiscal.

.andamento processual - seguro garantia aceito em decisão proferida em 04 de agosto de 2006 (fls. 202/206) - salvo melhor juízo, não foi localizada a decisão determinando o acautelamento - renovação da apólice em virtude do vencimento, deferida em 27 de fevereiro de 2007 (fls. 231/237 e 239) - na mesma decisão, foi determinada a devolução da apólice do seguro garantia à CSN Cimentos S.A. - requerida a substituição do seguro garantia por carta de fiança bancária em virtude de novo vencimento (fls. 254/257) -

salvo melhor juízo, não foi localizada a decisão deferindo a substituição e determinando o acautelamento da carta de fiança - sentença proferida em 29 de março de 2011, determinando o desentranhamento do seguro garantia e da carta de fiança e devolução à parte executada (fl. 294) - certificado o desentranhamento dos documentos e seu acautelamento, em 07 de fevereiro de 2014 (fl. 447) - termo de acautelamento à fl. 448 (material acautelado em 07 de fevereiro de 2014) - movimento descrito como "*Baixa de Baixa - Findo*", registrado no sistema Apolo em 14 de setembro de 2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

-00000150520114025104

.embargos à execução fiscal.

.andamento processual - decisão proferida em 02 de agosto de 2012, determinando que a União apresentasse o inteiro teor do processo administrativo nº 2011.51.04.000015-8 (fl. 118) - a União apresentou a cópia do processo administrativo, gravada em CD, em 12 de setembro de 2012 (fl. 120) - salvo melhor juízo, não foi localizada a decisão determinando o acautelamento - termo de acautelamento à fl. 121 (material acautelado em 13 de setembro de 2012) - a sentença de fls. 154/155, proferida em 17 de março de 2015, determinou a extinção dos embargos, face ao parcelamento do débito - em 15 de junho de 2015, com o trânsito em julgado da sentença, foi determinada a intimação da Procuradoria da Fazenda Nacional para retirar o material acautelado (fl. 160) - a PFN foi intimada eletronicamente em 28 de junho de 2015 (fl. 161) - movimento descrito como "*Baixa de Baixa - Findo*", registrado no sistema Apolo em 09 de setembro de 2015.

Em ambos os casos, não houve registro do acautelamento no sistema Apolo, tampouco a decisão judicial determinando o acautelamento, contrariando o disposto no artigo 203, *caput*, da CNCR. Na falta do registro, por óbvio, também está ausente a destinação dada ao material acautelado (artigo 204 da CNCR).

Cabe ressaltar que há processos incluídos no 'relatório de material apreendido/acautelado' cujos envelopes contendo o material apreendido/acautelado não foram localizados. São eles:

00001054220134025104

00007304720114025104

00011838120074025104

00017378920024025104

00032675020104025104

00033671020074025104

00607373019964025104

E há 02 (dois) envelopes relativos ao processo nº 00043457920104025104 com o mesmo conteúdo acautelado ("*mídia original com depoimento dos réus*").



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Passando-se à análise dos bens apreendidos/acautelados em processos ativos, observa-se que o sistema Apolo não foi abastecido com todos os dados necessários quando do registro das apreensões/acautelamentos, o que gera diversos campos em branco quanto da extração do 'relatório de material apreendido/acautelado'. Nessa linha, cabe ressaltar a necessidade do correto preenchimento dos campos do sistema Apolo, de acordo com as peças dos autos.

Foram analisados, também por amostragem, os seguintes processos ativos, com bens acautelados/apreendidos:

-00002644820144025104

.ação penal - crime contra a fé pública.

.sistema Apolo - campos 'Acautelamento', 'Fls Processo', 'Livro' e 'Fls Livro' não preenchidos.

.andamento processual - salvo melhor juízo, não foi localizada a decisão judicial determinando o acautelamento.

-00019654420144025104

.ação civil pública - improbidade administrativa.

.sistema Apolo - campos 'Acautelamento', 'Fls Processo', 'Livro' e 'Fls Livro' não preenchidos.

.andamento processual - salvo melhor juízo, não foi localizada a decisão judicial determinando o acautelamento.

-05005408520154025104

.naturalização.

.sistema Apolo - campos 'Acautelamento', 'Fls Processo', 'Livro' e 'Fls Livro' não preenchidos.

.andamento processual - Seção de Distribuição de Volta Redonda encaminha 01 (um) certificado de naturalização para acautelamento, em 1º de outubro de 2015 (fl. 04) - termo de acautelamento à fl. 07 - despacho proferido em 05 de outubro de 2015, designando audiência para a entrega do certificado de naturalização à naturalizada em 25 de novembro de 2015 (fl. 08).

Neste caso, já poderia ter sido registrado no sistema Apolo, no campo 'Destino', 'determinada a entrega à naturalizada em audiência marcada para 25 de novembro de 2015, conforme decisão de fl. 08'.

-00020165520144025104

.ação de usucapião.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

.sistema Apolo - campos 'Acautelamento', 'Fls Processo', 'Livro' e 'Fls Livro' não preenchidos.

.andamento processual - Seção de Distribuição de Volta Redonda encaminha 01 (uma) planta do levantamento cadastral do Bairro Roberto Silveira, recebida da Primeira Vara Cível da Comarca de Barra Mansa (RJ) para acautelamento, em 04 de agosto de 2014 (fl. 234) - termo de acautelamento à fl. 237.

Nota-se que nem sempre houve determinação judicial para o acautelamento do material, conforme prevê o artigo 203, *caput*, da CNCR.

No que concerne aos processos baixados, dos 47 itens registrados no 'relatório de material apreendido/acautelado', somente oito (08) tiveram a sua destinação registrada quando da baixa do processo.

OBS.: O processo nº 00026543020104025104 foi baixado em 21 de julho de 2011. Na sentença proferida em 26 de maio de 2011, foi determinada a devolução à CSN da carta de fiança bancária nº 180273410, acautelada em 04 de novembro de 2010 (fls. 195/197). Embora a carta de fiança permaneça acautelada no órgão correicionado, foi registrado, no sistema Apolo, no campo 'Documento' (se estivesse correto, o campo deveria ter sido 'Destino'), "*devolvida parte autora*". O destino do bem mais adequado seria 'determinada a devolução à parte autora, conforme decisão de fls. xx'.

Quanto ao Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA, há vinte (20) processos registrados, dos quais cinco (05) foram examinados, por amostragem:

-00020728820144025104

.ação penal - contrabando ou descaminho e crimes contra a Administração Pública.

.sistema Apolo - não há registro.

.material apreendido - há 06 itens registrados, classificados como 'eletro-eletrônicos' diversos, com valor zero.

.IPL nº 0158/2014-4-DPF/VRA/RJ - consta a apreensão de 05 itens, em 13 de agosto de 2014 (fls. 08/09): 01 caderno, R\$ 942,00, 01 telefone celular, 05 chaves numeradas e 05 máquinas caça-níqueis - em 15 de agosto de 2014, o material apreendido foi enviado ao depósito da Polícia Federal no Rio de Janeiro (memorando nº 9.777/2014, à fl. 23) - auto de circunstanciado de arrecadação da Delegacia da Polícia Federal em Volta Redonda às fls. 35/36 - o numerário foi depositado em conta de depósito judicial na CEF, conforme fls. 31/32.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

.andamento processual - a Delegacia da Polícia Federal em Volta Redonda informou que as cinco (05) máquinas caça-níqueis foram encaminhadas ao depósito da Receita Federal no Rio de Janeiro, juntamente com máquinas apreendidas em outros seis (06) inquéritos (ofício nº 8.175/2014-DPF/VRA/RJ, às fls. 14/15)

OBS.: 1 - Foram registrados 06 itens no SNBA e houve a apreensão de 05 itens (fls. 08/09 do IPL);

2 - Todos os itens apreendidos deveriam ter sido registrados no sistema Apolo, como dispõe o artigo 242, *caput*, da CNCR;

3 - Somente havia necessidade de registrar no SNBA as máquinas caça-níqueis, conforme o artigo 242, § 1º, da CNCR e o artigo 3º § 2º da Resolução CNJ nº 63/2008

-200951040017334

.ação penal - crime contra o sistema de telecomunicações.

.sistema Apolo - não há registro.

.material apreendido - há 28 itens registrados - 09 itens classificados como 'eletro-eletrônicos diversos', com valor zero (aparelhos eletrônicos, AP medidor de sinal, amplificadores e celulares) e 19 itens classificados como 'outros bens móveis', com valor zero (escada de correr, bobinas de cabeamento, furadeiras, alicate, marreta, ponteira, conectores, fios e bancada de madeira) - há 02 (dois) cheques apreendidos que não foram registrados no SNBA.

.IPL - auto de apresentação e apreensão às fls. 48/49 (relaciona 20 itens, sem que seja possível saber quais deram origem aos registros no SNBA) - o material apreendido foi encaminhado ao depósito da Receita Federal no Rio de Janeiro (memorando nº 212/2009-CART/DPF/VRA/RJ, de 27 de maio de 2009, à fl. 67) - auto de apresentação e apreensão de dois cheques, de 04 de junho de 2009 (fl. 96).

OBS.: 1 - Todos os itens apreendidos deveriam ter sido registrados no sistema Apolo, como dispõe o artigo 242, *caput*, da CNCR;

2 - Somente havia necessidade de registrar no SNBA os cheques, conforme o artigo 242, § 1º, da CNCR e o artigo 3º § 2º da Resolução CNJ nº 63/2008

3 - Não foi observada a destinação que deveria ter sido dada aos cheques, a teor do artigo 245, inciso II, da CNCR.

-20095104002945-4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

.ação penal - contrabando ou descaminho.

.sistema Apolo - não há registro.

.material apreendido - há 03 itens registrados - 02 itens classificados como 'eletro-eletrônicos diversos', com valor zero (máquinas caça-níqueis) e 01 itens classificados como 'outros bens móveis', com valor de R\$ 687,00 (dinheiro).

.IPL - auto de apresentação e apreensão nº 52/2010, de 1º de setembro de 2010 (fl. 07) - determinada a apreensão das máquinas e do dinheiro no despacho de fl. 08/09, exarado pelo Delegado de Polícia Federal - laudo de exame merceológico às fls. 24/26 - depósito de R\$ 687,00 em conta de depósito judicial na CEF (fl. 30) - cópia do registro no SNBA à fl. 78.

.andamento processual - termo de apreensão e guarda fiscal nº 0710500-07070/11, constando as 02 máquinas caça-níqueis à fl. 151 - termo de constatação fiscal do numerário em espécie (fl. 152) - as máquinas foram encaminhadas para o depósito da Receita Federal no Rio de Janeiro (ofício nº 1.142/2010 – DPF/VRA/RJ) - auto de apresentação e apreensão nº 52/2010, de 1º de setembro de 2010 à fl. 158 - laudo de exame merceológico às fls. 162/164.

OBS.: 1 - Todos os itens apreendidos deveriam ter sido registrados no sistema Apolo, como dispõe o artigo 242, *caput*, da CNCR;

2 - O dinheiro deveria ter sido classificado como 'moeda em espécie', conforme o Manual do Usuário do SNBA e o Manual de Bens Apreendidos, ambos elaborados pelo CNJ.

-0003020-69.2010.4.02.5104

.ação penal - contrabando ou descaminho.

.material apreendido - há 06 itens registrados no SNBA - 05 itens classificados como 'eletro-eletrônicos diversos', com valor zero (máquinas caça-níqueis) e 01 item classificados como 'moeda em espécie', com valor de R\$ 429,00 (dinheiro).

.IPL nº 0247/2010-4 - auto de apresentação e apreensão nº 55/2010, de 1º de setembro de 2010 (fl. 14/15), que relaciona 05 máquinas caça-níqueis, R\$ 429,00, documentos e 01 calculadora - o dinheiro foi depositado em conta de depósito judicial na CEF (fl. 16) - auto circunstanciado de arrecadação da Delegacia da Polícia Federal em Volta Redonda (fls. 32/34), que relaciona as máquinas, o dinheiro, bem como os outros itens - cópia do registro no SNBA à fl. 64 - laudo de exame merceológico às fls. 73/75.

.andamento processual - termo de apreensão e guarda fiscal nº 0710500-07110/11 à fl. 163 (relaciona 04 máquinas caça-níqueis) - auto de apresentação e apreensão nº 55/2010, de 1º de setembro de 2010 (fls. 170/171), que relaciona



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

05 máquinas caça-níqueis, R\$ 429,00, documentos e 01 calculadora - laudo de exame merceológico às fls. 176/178.

OBS.: 1 - Todos os itens apreendidos deveriam ter sido registrados no sistema Apolo, como dispõe o artigo 242, *caput*, da CNCR;

2 - Há divergência entre o número de máquinas caça-níqueis apreendidas confrontando-se o termo de apreensão e guarda fiscal nº 0710500-07110/11, que relaciona 04 máquinas (fl. 163) e o auto de apresentação e apreensão nº 55/2010, que relaciona 05 máquinas (fls. 170/171).

-20135104003679-4

.ação penal - contrabando ou descaminho.

.material apreendido - há 290 itens registrados no SNBA, classificados como 'alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos perecíveis' (relógios, bebidas, roupas, perfumes, tênis, mochilas, bolsas e carteiras), no valor de R\$ 48.851,00.

.IPL nº 0087/2013-4 – - auto de apreensão nº 108/2013 às fls. 14/17 - auto circunstanciado de busca e arrecadação às fls. 42/47 - depósito do valor da fiança à fl. 60 - o material apreendido foi enviado ao depósito da Receita Federal no Rio de Janeiro (memorando nº 7.248/2013 – DPF/ARS/RJ, de 10 de junho de 2013, à fl. 64) - laudo de perícia criminal federal às fls. 91/96.

.andamento processual - cópia do registro no SNBA à fl. 22

OBS.: 1 - Todos os itens apreendidos deveriam ter sido registrados no sistema Apolo, como dispõe o artigo 242, *caput*, da CNCR;

2 - Bebidas e perfumes devem ser classificados como 'alimentos, bebidas, medicamentos e outros produtos perecíveis' e os demais materiais apreendidos devem ser classificados como 'objetos pessoais ou domésticos'.

Dentre os 20 processos registrados no SNBA, somente o processo nº 00037195520134025104 também foi lançado no sistema Apolo. Assim, observa-se que o sistema Apolo não foi abastecido com os dados relativos aos bens apreendidos/acautelados em procedimentos criminais, conforme prevê o artigo 203 §§ 1º e 2º, combinado com o artigo 242, *caput*, ambos da CNCR.

Há que se ressaltar a necessidade da correta classificação dos bens no SNBA, bem como do registro das informações de inserção obrigatória e à atualização dos registros ao longo do tempo quanto à destinação dada aos bens apreendidos, que podem ser devolvidos a quem de direito, destruídos, perdidos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

em favor de algum ente ou alienados antecipadamente (Manual do Usuário do SNBA e Manual de Bens Apreendidos, artigo 242 § 2º da CNCR e artigo 3º, § 3º, da Resolução CNJ nº 63/2008).

Salienta-se, ainda, a possibilidade de antecipar a alienação de bens apreendidos, conforme previsto no artigo 62 da Lei nº 11.343/2006 e na Recomendação do Conselho Nacional de Justiça nº 30, de 10 de fevereiro de 2010, a fim de se evitar a depreciação dos bens pela falta de manutenção e ausência de condições de depósito que viabilizem sua preservação durante o curso do processo.

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo, e consultas ao Apolo.

➔ EXECUÇÃO PENAL

(arts. 262 a 265 da CNCR)

Conforme o relatório de movimentação processual (Mapa Analítico), extraído do sistema Apolo em 06/10/2015, constam, em tramitação ajustada:

- . **43** execuções penais (classe 27003);
- . 00 cartas precatórias de fiscalização de penas restritivas de direitos (classe 27004);
- . 00 cartas de fiscalização das condições da suspensão condicional (classe 27005);
- . **12** cartas precatórias de fiscalização de penas restritivas de direitos, sendo 01 suspensão (classe 28005);
- . **11** cartas precatórias de fiscalização das condições da suspensão condicional do processo, sendo 7 suspensas (classe 28006).

. Execuções penais (classe 27003):

Foram analisados, presencialmente no juízo correicionado, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0000104-23.2014.4.02.5104 – CESP, às fls. 02/04. Controle de prescrição na capa, na contracapa, nos autos (fl. 132) e no Apolo. Denúncia, às fls. 05/07. Recebimento da denúncia, à fl. 08. Rerratificação da denúncia, às fls. 19/23. Recebimento da rerratificação, à fl. 24. Sentença, às fls. 26/52. Acórdão, às fls. 79 e 85. Certidão de trânsito em julgado, à fl. 86. Audiência admonitória, às fls. 93/95. Cumprimento de pena ocorrendo regularmente.

0000287-33.2010.4.02.5104 – CESP, às fls. 02/04. Controle de prescrição na capa, na contracapa, nos autos (fl. 113) e no Apolo. Denúncia, às fls. 05/13. Recebimento da denúncia, à fl. 14. Sentença, às fls. 15/28. Certidão de trânsito em julgado para os réus, à fl. 29. Acórdão, à fl. 31. Certidão de trânsito em julgado, à fl. 32. Audiência admonitória, às fls. 40/41. Nova designação de audiência admonitória, tendo em vista o descumprimento das condições pelo réu (fls. 100/102). Cumprimento de pena ocorrendo regularmente.

0000613-51.2014.4.02.5104 – CESP, às fls. 02/04. Controle de prescrição na capa, na contracapa, nos autos (fl. 91) e no Apolo. Denúncia, às fls. 05/08. Recebimento da denúncia, à fl. 09. Sentença, às fls. 10/22. Acórdão, à fl. 26. Decisão monocrática, às fls. 28/29. Certidão de trânsito em julgado, às fls. 27 e 30. Audiência admonitória, às fls. 47/49. Cumprimento de pena ocorrendo regularmente.

0000739-04.2014.4.02.5104 – CESP, às fls. 02/04. Controle de prescrição na capa, na contracapa, nos autos (fl. 61) e no Apolo. Denúncia, às fls. 05/08. Recebimento da denúncia, à fl. 09. Sentença, às fls. 10/22. Acórdão, às fls. 23/26. Certidão de trânsito em julgado, à fl. 27. Audiência admonitória, às fls. 39/41. Cumprimento de pena ocorrendo regularmente.

0002119-62.2014.4.02.5104 – CESP, às fls. 03/06. Controle de prescrição na capa, na contracapa, nos autos (fl. 47) e no Apolo. Denúncia, às fls. 07/09. Recebimento da denúncia, às fls. 10/11. Sentença, às fls. 12/15. Certidão de trânsito em julgado, à fl. 16. Audiência admonitória, às fls. 23/25. Cumprimento de pena ocorrendo regularmente.

0002146-45.2014.4.02.5104 – CESP, às fls. 03/06. Controle de prescrição na capa, na contracapa, nos autos (fl. 58) e no Apolo. Denúncia, às fls. 07/10. Recebimento da denúncia, às fls. 11/12. Sentença, às fls. 13/24. Acórdão, à fl. 34. Certidão de trânsito em julgado, à fl. 35. Audiência admonitória, às fls. 50/53. Cumprimento de pena ocorrendo regularmente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0500051-48.2015.4.02.5104 – CESP, às fls. 03/05. Controle de prescrição na capa, na contracapa, nos autos (fl. 38) e no Apolo. Denúncia, às fls. 06/08. Recebimento da denúncia, à fl. 09. Sentença, às fls. 10/17. Acórdão, à fl. 26. Certidão de trânsito em julgado, à fl. 27. Audiência admonitória designada para o dia 12/11/2015 (fl. 35).

0500198-74.2015.4.02.5104 – CESP, às fls. 02/05. Controle de prescrição na capa, na contracapa, nos autos (fl. 44) e no Apolo. Denúncia, às fls. 06/09. Recebimento da denúncia, à fl. 10. Sentença, às fls. 11/21. Acórdão, à fl. 29. Resp inadmitido, às fls. 30/31. Acórdão de agravo regimental, à fl. 32. Certidão de trânsito em julgado, à fl. 37. Audiência admonitória designada para o dia 03/12/2015.

0500433-41.2015.4.02.5104 – CESP, às fls. 02/04. Controle de prescrição na capa, na contracapa, nos autos (fl. 31) e no Apolo. Denúncia, às fls. 05/07. Acórdão recebendo a denúncia, à fl. 13. Sentença, às fls. 14/20. Acórdão, à fl. 25. Certidão de trânsito em julgado, à fl. 30. Audiência admonitória designada para o dia 07/04/2016 (fl. 32).

0500551-17.2015.4.02.5104 (distribuído em 07/10/2015) – CESP, às fls. 02/04. **Sem controle de prescrição.** Denúncia, às fls. 05/10. Aditamento à denúncia, às fls. 11/13. Recebimento da denúncia, às fls. 14/15. Sentença, às fls. 16/31. Acórdão, às fls. 32/33. Certidão de trânsito em julgado, à fl. 34. Audiência admonitória ainda não designada.

Por amostragem, também foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0000190-62.2012.4.02.5104: Controle de prescrição no Apolo, reportando-se à certidão de fl. 117. Autuado em 06/02/2012. Audiência admonitória realizada em 05/06/2012. Processo concluso para sentença em 01/10/2015, sem minuta de texto no sistema.

0000284-78.2010.4.02.5104: **Sem controle de prescrição no sistema.** Autuado em 10/02/2010, recebida em 19/05/2010. Audiência admonitória realizada em 23/09/2010. Último despacho de 24/06/2015, determinando intimação do apenado para comprovar o cumprimento da pena de prestação de serviços e o pagamento das parcelas da pena de multa. Processo concluso em 28/08/2015, sem minuta de texto no sistema.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0000285-63.2010.4.02.5104: Controle de prescrição no Apolo, reportando-se à certidão de fl. 73. Autuado em 10/02/2010, recebida em 19/05/2010. Audiência realizada em 16/09/2010, determinando expedição de precatória para o novo endereço do apenado. Último despacho de 06/05/2015, determinando expedição de ofício ao juízo deprecado sobre o cumprimento da carta precatória. Desde 06/05/2015, processo aguardando devolução da carta.

0000363-23.2011.4.02.5104: Controle de prescrição no Apolo, reportando-se à certidão de fl. 229. Autuado em 11/02/2011, recebida em 18/02/2011. Audiência admonitória realizada em 21/07/2011. Em 03/12/2014, foi indeferido, “por ora”, o pedido de conversão da pena restritiva de direito em privativa de liberdade. Última decisão de 09/09/2015, determinando realização de audiência especial juntamente com a Execução Penal de n.º 201151040017444, designada para o dia 18/02/2016.

. Cartas precatórias de fiscalização de penas restritivas de direitos (classe 28005);

0500218-65.2015.4.02.5104: Autuado em 12/06/2015. Finalidade: realização de audiência admonitória e fiscalização da pena. Sentença proferida em 11/04/2013 (fls. 10/23). **Despacho à fl. 28 determinando a remessa dos autos a SEDIS-VR para autuação na classe correta – 28005.** Audiência admonitória redesignada para o dia 03/12/2015 (fl. 37). **Corrigida para a classe 28005.**

0003675-36.2013.4.02.5104: Autuado em 14/05/2013. Finalidade: intimação, realização de audiência admonitória, acompanhamento e devolução. Certidão de trânsito em julgado da sentença (fl. 10). Audiência admonitória realizada em 11/07/2013 (fls. 27/29). Petição do Ministério Público Federal, em 12/08/2015, à fl.63, requerendo a intimação do apenado para que cumpra o restante da pena restritiva de direitos, sob pena de conversão em pena privativa de liberdade.

0000500554-69.2015.4.02.5104: Autuado em 08/10/2015. Finalidade: audiência admonitória e fiscalização da pena. Sentença (fls.06/33). Certidão de trânsito em julgado da sentença (fl. 35). Despacho do Juízo Deprecante em 26/08/2015 determinando a expedição de carta precatória para fiscalização e acompanhamento da pena imposta.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0500183-08.2015.4.02.5104: Autuado em 08/10/2015. Finalidade: intimação e realização de audiência admonitória. Sentença (fls.06/19). Redesignada audiência para o dia 08.10.2015.

0003238-58.2014.4.02.5104: Autuado em 13/11/2014. Finalidade: fiscalizar o cumprimento do SURSIS. Sentença (fls.06/18). **Despacho à fl. 28 determinando a remessa dos autos a SEDIS-VR para autuação na classe correta – 28005**, sendo, ainda, determinada a intimação do apenado, pessoalmente, para cumprimento das condições. **Corrigida para a classe 28005.**

0500110-36.2015.4.02.5104: Autuado em 25/03/2015. Finalidade: fiscalizar o cumprimento do SURSIS. Sentença (fls.04/11). **Despacho à fl. 16 determinando a remessa dos autos a SEDIS-VR para autuação na classe correta – 28005**, sendo, ainda, determinada a intimação do apenado, pessoalmente, para cumprimento das condições. **Corrigida para a classe 28005.**

0001673-59.2014.4.02.5104: Autuado em 06/06/2014. Finalidade: intimação, realização de audiência admonitória, acompanhamento e fiscalização. Sentença (fls.07/11). **Despacho à fl. 14 determinando a remessa dos autos a SEDIS-VR para autuação na classe correta – 28005.** Audiência admonitória realizada em 09/10/2014 (fls. 25/27). **Corrigida para a classe 28005.**

0003215-15.2014.4.02.5104: Autuado em 06/11/2014. Finalidade: designar entidade, onde o sentenciado deverá cumprir pena e fiscalizar o cumprimento. Sentença (fls.16/26). **Despacho à fl. 28 determinando a remessa dos autos a SEDIS-VR para autuação na classe correta – 28005.** Audiência admonitória realizada em 09/10/2014 (fls. 25/27). **Corrigida para a classe 28005.**

. Cartas precatórias de fiscalização das condições da suspensão condicional do processo (classe 28006).

Analisados, presencialmente, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0500271-46.2015.4.02.5104: Autuado em 10/07/2015. Finalidade: realização de audiência admonitória e fiscalização do sursis. **Sentença proferida em 11/04/2013 (fls. 11/22).** Despacho proferido em 24/09/2015 designando o dia 25/02/2016 para a realização da audiência admonitória (fl.36). **Necessário, s.m.j. corrigir a classe para 28005.**

0002125-69.2014.4.02.5104: Autuado em 29/08/2014. Finalidade: audiência para oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo. **Despacho à fl. 18 determinando a remessa dos autos a SEDIS-VR para autuação na classe 28006.** Audiência admonitória (fl.22/23). Certidão acostada à fl. 35 informado que o acusado cumpriu integralmente a condição de prestação de serviços comunitários a ele imposta em Audiência Especial de Suspensão Condicional do Processo, em 08/07/2015.

0003824-32.2013.4.02.5104: Autuado em 02/10/2013. Sentença proferida às fls. 11/20, julgando procedente a pretensão punitiva do Estado, fixando a pena em 01 (um) ano de reclusão. Audiência admonitória realizada em 30/01/2014. **Necessário, s.m.j. corrigir a classe para 28005.**

0000019-03.2015.4.02.5104: Autuado em 12/01/2015. Sentença proferida às fls. 14/22, julgando procedente a pretensão punitiva do Estado, fixando a pena em 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão. Audiência admonitória realizada em 26/03/2015. **Necessário, s.m.j. corrigir a classe para 28005.**

Analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0003068-86.2014.4.02.5104: Autuado em 08/10/2014, para oitiva de testemunha. Último despacho de 15/04/2015, para oficial ao juízo deprecante sobre a persistência do interesse no cumprimento da diligência. **Último movimento de “suspensão – outros processos criminais”, em 30/06/2015, aguardando resposta do juízo.**

0500204-81.2015.4.02.5104: Autuado em 09/06/2015, para oitiva de testemunha. Concluso em 24/09/2015, com minuta de texto no sistema.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0500211-73.2015.4.02.5104: Autuado em 11/06/2015, para oitiva de testemunha. Despacho em 11/09/2015, determinando redistribuição para uma das Varas Federais Criminais de São João de Meriti.

Mapas: Movimentação Processual da 1ª Vara Federal de Volta Redonda (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos ao período de outubro de 2014 a setembro de 2015, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Sistema Apolo. Posição até 16/10/2015.

→ ENTIDADES RECEPTORAS DE SERVIÇOS

De acordo com o questionário pré-correição (item 3.6.2):

“Método de seleção para cadastramento das entidades:

As entidades interessadas entram em contato com a 1ª Vara Federal de Volta Redonda por telefone ou vêm até o balcão. Também ocorre o cadastramento por iniciativa deste Juízo, que realiza pesquisas em determinadas localidades (cidades, bairros e distritos). Nessas ocasiões as entidades são orientadas a providenciar a documentação exigida no manual de procedimentos cartorários da Corregedoria - TRF 2ª Região, ressaltando-se a certidão de registro junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Quanto a esse documento, segundo informado em consulta feita pelo Serviço Social da Justiça Federal do Rio de Janeiro (ofício por cópia na pasta do apoio aos gabinetes), não há mais nenhum registro válido de instituições junto ao CNAS, o qual não mais detém a competência para análise e julgamento dos pedidos de concessão e renovação do referido Certificado desde a edição da Lei 12.101/2009.

Método de seleção das entidades que serão beneficiadas:

Quanto à prestação de serviços à comunidade, ao elaborar previamente o termo/assentada da audiência, a instituição é escolhida em função do endereço do apenado. Pode haver alteração na própria audiência, por determinação do Juiz, em concordância com o Ministério Público Federal, diante da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

solicitação da defesa, em razão de condições pessoais do apenado (local do trabalho, por exemplo), para facilitar o cumprimento da pena.

O local da prestação de serviços fixado em audiência passa a constar em uma relação que fazemos no apoio ao Gabinete, a fim de evitar, na medida do possível, que algumas entidades sejam preteridas em relação a outras. Quanto à pena pecuniária, as entidades são escolhidas de modo que todas da lista sejam beneficiadas. Após a audiência, essa entidade é relacionada nesse cronograma elaborado no apoio ao Gabinete, de modo a evitar que os valores das penas pecuniárias beneficiem sempre as mesmas instituições.”

Em entrevista com a servidora responsável pelo setor criminal do Juízo Correicionado sobre o sistema adotado para a escolha das entidades receptoras de serviços, foi relatado que o critério utilizado para o encaminhamento do apenado é o da sua residência.

Fonte: Questionário pré-correição, enviado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/12531, de 24/09/2015, item 3.6.2, e entrevista ao servidor responsável.

➔ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS **(Art. 147 a 151 CNCR)**

Ó órgão correicionado possui a maioria dos livros e pastas obrigatórios, conforme determinado pelos Provimentos n.º 11, de 04 de abril de 2011, da Corregedoria Geral da Justiça Federal Segunda Região, e n.º 128, de 13 de abril de 1998, bem como pela Resolução n.º 418/2005 do Conselho da Justiça Federal, além de outros que foram adotados para facilitar o controle dos trabalhos.

Os livros e pastas obrigatórios mantidos em meio físico estão regulares, em sua maioria, com os termos de abertura devidamente preenchidos e assinados, e as folhas devidamente numeradas e rubricadas. São eles:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- livro de ponto dos servidores;
- livro de carga dos autos a advogados, partes e auxiliares do juízo (cível e criminal);
- livro de carga ao Ministério Público;
- livro de reclamações;
- livro do rol dos culpados (foi aberto em 1996; não há termo de fechamento para o ano de 2000; não há termo de abertura e fechamento para o período de 2001 a 2004; não há termos de abertura e fechamento a partir do ano de 2007; há registros até o dia 25 de fevereiro de 2014);
- livro de registro de livramento condicional (foi aberto em 2005; não há termo de fechamento para o ano de 2005; não há termo de abertura para o ano de 2006; não há registros até a data da análise do livro, 14 de outubro de 2015);
- pasta de termos de fiança, e
- pasta de suspensão condicional da pena e do processo.

OBS.: 1 - O livro obrigatório de remessa dos autos aos setores administrativos de apoio é mantido em forma de pasta, na qual são arquivadas as guias de remessa;

2 - O livro obrigatório de entrega dos autos às partes sem traslado foi abolido em 2010, pois, em virtude dos processos eletrônicos, não mais se entregam autos às partes.

3 - Não há a pasta de atos de plantão, porquanto o órgão correicionado não participa da escala de plantão judiciário (artigo 147, inciso XI e § 6º, da CNCR).

Quanto às pastas eletrônicas obrigatórias (artigo 149 da CNCR) foi observada a presença de:

- pasta de mandados;
- pasta de ofícios;
- pasta de alvarás;
- pasta de atas de audiências;
- pasta de mandados de prisão, e
- pasta de sentenças.

Salvo melhor juízo, não foi encontrada a pasta eletrônica obrigatória de relatórios de inspeções, cujos dados e documentos sejam gerenciados pelo sistema Apolo. O órgão correicionado mantém tal pasta em meio físico.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: questionário pré-correição e relatório de inspeção anual.

→ ESPAÇO FÍSICO

A Primeira Vara Federal de Volta Redonda ocupa o primeiro andar do prédio nº 38, localizado na Rua José Furgêncio, no bairro Aterrado, juntamente com o Primeiro e Segundo Juizados Especiais. A Segunda e a Terceira Varas Federais estão localizadas no segundo andar.

O prédio é integralmente ocupado pela Justiça Federal, todavia, no térreo, há diversos estabelecimentos comerciais, todos de frente para o passeio público.

De acordo com o questionário pré-correição, as instalações físicas do órgão correicionado e o mobiliário em utilização estão em bom estado de conservação (item 4, à fl. 18).

Fonte: questionário pré-correição

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição (item 6.2, à fl. 24), o órgão correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

"Três meses: Redução de 10% das ações ordinárias previdenciárias e das execuções fiscais, minimizando o impacto de vultosa distribuição ocorrida em agosto do corrente ano. Priorizar o processamento dos processos físicos, em sua maioria, em fase de execução, mantendo o integral cumprimento da meta 5 do CNJ."

"Seis meses: Colocar em fase de sentença as 82 ações demolitórias ajuizadas pela ACCIONA, bem como a redução do acervo em 15%, em tramitação ajustada e ainda atingir os 2% restantes da META 2/2015."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

"Um ano: Cumprir integralmente as Metas 4 e 6 do CNJ, referentes às ações coletivas e de improbidade administrativa, em razão da notória complexidade das dos feitos remanescentes incluídos nestas metas. Objetiva-se, ainda, a redução aproximada de 30 % do acervo, em tramitação ajustada."

➔ ENCERRAMENTO

Destaque-se a boa acolhida por parte dos Exmos. Juízes Titular e Substituto, bem como do Diretor de Secretaria e dos demais servidores lotados no juízo, atendendo com gentileza, profissionalismo, educação e presteza a todas as solicitações, criando um ambiente tranquilo e agradável para a realização dos trabalhos correicionais.

RELATÓRIO ELABORADO POR:
Ana Beatriz Fonseca de Mello, Mat. n.º 15.658
Carlos César de Sousa Diniz, Mat. n.º 10.604
Ini Martha da Silva, Mat. n.º 11.953
Tessa Karst Tavela, Mat. n.º 11.777